

COLOCANDO OS MERCADOS DE NATUREZA PARA FUNCIONAR

Como moldar uma
economia global da natureza
no século 21

Agosto 2023



Taskforce on
**Nature
Markets**



Initiative of

**NATURE
FINANCE**

A Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza foi criada em abril de 2022 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de uma nova geração de mercados de natureza significativos, que produzam resultados positivos e equitativos para a natureza e, ao fazê-lo, contribuam para atingir as metas climáticas.¹

A ascensão dos mercados de natureza não é garantia automática de bons resultados. Na verdade, se deixados simplesmente para evoluir à sua própria sorte, eles podem até piorar as coisas. A Força-Tarefa acredita que as recomendações feitas neste relatório final – direcionadas a mercados de natureza bem desenhados e cuidadosamente implementados – são essenciais para que eles atinjam seu pleno potencial.

Guiada por seus 15 membros² de alto nível e apoiada por seus parceiros³ técnicos e seu Secretariado⁴ - NatureFinance,^{5, 6} a Força-Tarefa mobilizou debates e análises sobre tendências e perspectivas dos mercados de natureza. Ela produziu e encomendou vários documentos técnicos que cobrem muitos aspectos dos mercados de natureza, incluindo uma taxonomia^{7, 8} e uma análise quantitativa do tamanho atual dos principais tipos de mercado de natureza.⁹ Além disso, concentrou-se em quatro arquétipos: mercados de natureza grandes, maduros e intrínsecos – principalmente os de commodities alimentares;¹⁰ mercados de natureza emergentes e derivativos – como os de créditos de biodiversidade;¹¹ mercados ilegais de natureza; e as atividades das principais instituições financeiras relacionadas à natureza.

Os mercados de natureza e a economia mais ampla da natureza (ou “bioeconomia”) tornaram-se ainda mais evidentes durante os 18 meses de existência da Força-Tarefa. Da Austrália passando por Brasil ao Reino Unido, os debates e as práticas do mercado de natureza se tornam cada vez mais disputados. A Força-Tarefa se concentrou nos aspectos de governança dos mercados de natureza como a peça central de sua análise e recomendações, que incluem o desenvolvimento de uma estrutura comum para avaliar e progredir na governança de mercados de natureza específicos, além de uma consideração aprofundada de instrumentos de governança específicos, incluindo inovações legais,¹² como os Direitos da Natureza,¹³ e a aplicação da tecnologia digital para melhorar rastreabilidade e responsabilização.

As descobertas e as recomendações da Força-Tarefa destacam a relevância para a natureza tanto da mudança geopolítica quanto da crescente percepção de que estamos à beira de um aumento da temperatura global bem acima da meta, relativamente segura, de 1,5°C.

www.naturemarkets.net



A Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza é uma iniciativa da NatureFinance, que também abriga o seu Secretariado. A NatureFinance é uma organização internacional sem fins lucrativos, sediada em Genebra, dedicada a alinhar as finanças globais com resultados equitativos, positivos para a natureza e resilientes ao clima. Seu trabalho abrange iniciativas que estão construindo e utilizando dados de biodiversidade para uma melhor gestão de riscos relacionados à natureza, bem como desenvolvendo mercados de natureza com propósito, avançando inovações financeiras, inclusive em mercados de dívida soberana, e fortalecendo passivos relacionados à natureza.

www.naturefinance.net

Membros



Chief Almir Narayamoga Surui
Líder do povo Paiter Surui



Carlos Lopes
Professor na Escola Mandela de Governança Pública, e Presidente do Conselho Consultivo da African Climate Foundation



Sandrine Dixon-Declève
Copresidente do Clube de Roma



Bruno Oberle
Ex-diretor-geral, União Internacional para a Conservação da Natureza



Katrina Donaghy
CEO e cofundadora da Civic Ledger



Hank Paulson
Presidente, Instituto Paulson



André Hoffmann
Vice Chairman, Roche Holding



Carlos Manuel Rodriguez
CEO e presidente do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)



Naoko Ishi
Professora e Vice-presidente Executiva da Universidade de Tóquio



Nakul Saran
Empresário e oceanógrafo



Rebeca Grynspan
Secretária-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)



Vian Sharif
CEO, NatureAlpha e Head de Sustentabilidade, FNZ Group



Sylvie Lemmet
Embaixadora do Meio Ambiente no Ministério de Europa e Relações Exteriores



Rhian-Mari Thomas
CEO, Green Finance Institute



Joaquim Levy
Diretor de Estratégia Econômica e Relações com o Mercado, Banco Safra S.A.

Agradecimentos

Agradecemos aos membros da Força-Tarefa que inspiraram e orientaram a sua jornada de 18 meses e subsidiaram o foco, a análise, as descobertas e as recomendações deste relatório final, incluindo Sandrine Dixson-Declève, Katrina Donaghy, Rebeca Grynspan, André Hoffmann, Naoko Ishii, Sylvie Lemmet, Joaquim Levy, Carlos Lopes, Bruno Oberle, Henry M. Paulson Jr., Carlos Manuel Rodriguez, Nakul Saran, Vian Sharif, Cacique Almir Narayamoga Surui e Rhian-Mari Thomas, além de Maria Fernanda Espinosa e Kate Hampton, que fizeram contribuições inestimáveis como membros.

Este documento foi preparado pela NatureFinance, enquanto Secretariado da Força-Tarefa, em nome dos membros e com base nas suas orientações e nas inestimáveis contribuições de seus parceiros técnicos, bem como no feedback de uma ampla comunidade de prática. A equipe de autores da NatureFinance incluiu Simon Zadek, Marcelo Furtado, Julie McCarthy, Monique Atouguia, Matthew Doncel, Dorothee Herr, Luana Maia, com editorial, comunicação e design liderados por Ceandra Faria, Roberta Zandonai e Natan Aquino e suporte editorial adicional de Matthew Bishop.

A Força-Tarefa também se beneficiou de contribuições da equipe da NatureFinance, incluindo Jeremy Eppel, Mark Halle, Arend Kulenkampff, Hiba Larsson, Rupesh Madlani, Justin Mundy, Gregor Pipan, Holger Schmid, Eva Sirp, Shereen Wiseman, Lisa Bell e Christine Wood, assim como de conselheiros especiais, Ralph Chami e Ann Florini.

Agradecemos também aos parceiros técnicos da Força-Tarefa, que foram colaboradores essenciais para a análise, as descobertas e as conclusões, amplamente refletidas em uma série de publicações técnicas, incluindo Adopter, African Climate Foundation, Instituto de Tecnologia da Amazônia, Civic Ledger, Earthshot Prize Foundation, Edelman Global Advisory, Green Digital Finance Foundation, HBAR Foundation, Instituto Igarapé, International Union for Conservation of Nature, The Landbanking Group, Nelson Mandela School of Public Governance, Paulson Institute, Pollination, TRAFFIC e Vivid Economics da McKinsey. As pessoas dessas instituições estão listadas abaixo.

Agradecimentos especiais aos diversos parceiros, amigos e associados que contribuíram com sabedoria, insights e conhecimento por meio de seu engajamento contínuo, debate e revisão técnica do relatório final, nomeados a seguir: Rob Allen, Geraldine Ang, Helen Avery, Jess Ayers, Neidinha Bandeira, Alex Barkawi, Tommy Bennet, Erik Berglof, Tom Brookes, Giulia Carbone, Ilona Szabó de Carvalho, Juan Costa Climent, John Edward Conway, David Craig, Tom Crowther, Helen Crowley, Malik Dasoo, Braulio Dias, Thibault Devanlay, Pamela Divinsky, Anna Ducros, Jason Eis, Maria Fernanda Espinosa, Saliem Fakir, Sarah Ferguson, Delfina Lopes Freijido, Katherine Foster, Wes Geisenberger, Tony Goldner, Marianne Haahr, Julie Hoffmann, Jose F.C. Hong, Michael Hugman, Faizel Ismail, Matt Jaworski, Tom Jess, Hannah Jones, Oliver Karius, Mark Kenber, Mark Kennedy, Katherine Keddie, Akanksha Khatri, Maritta van Koch-Weser, Gregory Landua, Chris Large, Deborah Lehr, Fraser MacLeod, Jo Maree, Mari Margill, Jojo Mehta, Owen McIntyre, Andreas Merkl, Elizabeth Maruma Mrema, Fiona Napier, Rose Niu, Hania Othman, Sara Qualter, Paola Mosig Reidl, Alexander Rhodes, Mattia Romani, Richard Samans, Mariana Sarmiento, Rick Scobey, Juha Siikamaki, Gerrit Sindermann, Nicola Sorsby, Robin Smale, Peter Smith, Paul Steele, Martin Stuchtey, Sonja Stuchtey, Marianne Sulzer, Sonja Teelucksingh, Johannes Van de Ven, Caroline Vexler, Laura Waterford, Gregory Watson, Dominic Waughray, Martijn Wilder, Grant Wilson e Lee White.

Por fim, agradecemos aos parceiros que contribuíram com os recursos financeiros necessários para que a Força-Tarefa existisse e fizesse o seu trabalho, particularmente a Mava Foundation.

Embora essas diversas pessoas e instituições tenham contribuído para o trabalho da Força-Tarefa, elas não necessariamente concordam com todos os aspectos de suas análises e recomendações, e quaisquer erros e omissões neste relatório final permanecem de responsabilidade de seus autores.

A Força-Tarefa tem uma existência finita que terminará com o lançamento do seu relatório final. Porém, o assunto continua muito vivo e em desenvolvimento contínuo, e a NatureFinance está empenhada em continuar e intensificar os esforços para colocar em prática as recomendações da Força-Tarefa. Com isso em mente, incentivamos comentários, críticas e sugestões, que podem ser enviados para o e-mail naturemarkets@naturefinance.net.

Índice

Sobre a Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza	2
Agradecimentos	4
Lista de abreviações	7
1. ESTABELECENDO OS MERCADOS DE NATUREZA	8
2. A DESIGUALDADE E A AUSÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE NA ATUAL ECONOMIA DA NATUREZA	11
3. A ASCENSÃO DOS MERCADOS DE NATUREZA	17
4. A NOVA GEOPOLÍTICA DA NATUREZA	24
5. GOVERNANÇA DOS MERCADOS DE NATUREZA	28
6. RECOMENDAÇÕES PARA FAZER OS MERCADOS DE NATUREZA FUNCIONAREM	40
7. FAZENDO ACONTECER	50
Bibliografia selecionada	53
Notas finais	59



Lista de Abreviações

ACMI	African Carbon Market Initiative - Iniciativa Africana para os Mercados de Carbono
ADM	Archer Daniels Midland
AML	Anti-money-laundering - Anti-lavagem de dinheiro
AMMOD	Automated Multisensor stations for Monitoring of species Diversity - Estações Multissensoriais Automatizadas para Monitoramento da Diversidade de Espécies
ARMM	Automated Regression Market Makers - Criadores de mercado de regressão automatizada
BCA	Biodiversity Credit Alliance - Aliança de Crédito da Biodiversidade
BNG	Biodiversity Net Gain - Ganho Líquido de Biodiversidade
BOJ	Bank of Japan - Banco do Japão
BRICS	Brazil, Russia, India, China, and South Africa - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CBAM	Carbon Border Adjustment Tax - Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEA	Controlled Environmental Agriculture - Agricultura Ambiental Controlada
COP	Conference of the Parties - Conferência das Partes
DLT	Distributed Ledger Technology - Tecnologia de Contabilidade Distribuída
ESG	Environmental, Social and Governance - Meio Ambiente, Social e Governança
UE	União Europeia
GAFI	Grupo de Ação Financeira
G20	Group of Twenty - Grupo dos Vinte
G7	Group of Seven - Grupo dos Sete
GBF	Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework - Marco Global de Kunming-Montreal para a Biodiversidade
IIED	International Institute for Environment and Development - Instituto Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
IPBES	Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services - Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
IPLC	Indigenous People and Local Communities - Povos Indígenas e comunidades locais
IFRS	International Financial Reporting Standards - Normas Internacionais de Relatórios Financeiros
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
LEAF	Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance - Programa Redução de Emissões Acelerando o Financiamento Florestal
LMIC	Low- and Middle-Income Countries - Países de baixa e média renda
MVC	Mercado Voluntário de Carbono
NCAVES	Natural Capital Accounting and Valuation of Ecosystem Services - Valoração de Capital Natural e Avaliação de Serviços de Ecossistêmicos
NGFS	Network of Central Banks on Greening the Financial System - Rede de Bancos Centrais e Supervisores para um Sistema Financeiro Mais Verde
NSIP	Nationally Significant Infrastructure Projects - Projetos de infraestrutura nacionalmente significativos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
OPEC	Organization of the Petroleum Exporting Countries - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTC	Over the Counter - Mercado de balcão
SEEA EA	System of Environmental Economic Accounting Ecosystem Accounting - Sistema de Contas Econômicas Ambientais
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
Força-Tarefa	Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza
TCFD	Taskforce on Climate-related Financial Disclosure - Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionada ao Clima
TNFD	Taskforce on Nature-related Financial Disclosure - Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza
UK	United Kingdom - Reino Unido
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

1

**ESTABELECENDO
OS MERCADOS
DE NATUREZA**



Com o mundo à beira da emergência climática e de perda drástica de biodiversidade, a humanidade está finalmente acordando para as consequências desastrosas do uso não sustentável da natureza como motor da prosperidade econômica (ainda que desigual e temporária). Esse caminho pode e deve ser revertido a partir de diferentes formas das sociedades conservarem a natureza, incluindo cultura e normas, políticas e regulamentos, incentivos e tecnologias.

Uma parte da solução é começar a precificar de forma precisa e consistente o valor da natureza na tomada de decisões econômicas em toda a economia global. Isso poderia incentivar o mercado a conservar a natureza, ajudar a mobilizar bilhões de dólares para protegê-la e restaurá-la, além de recompensar de maneira justa quem está na linha de frente, incluindo povos indígenas e outras comunidades locais.

A ascensão dos mercados de natureza pode desempenhar um papel central na reformulação de nossa economia sem sustentabilidade se, e somente se, seu design e governança estiverem enraizados em um compromisso radical e robusto com impacto e equidade.

Só assim, eles poderiam ajudar a reverter os padrões econômicos extrativistas que durante séculos enriqueceram algumas pessoas e países, principalmente no Norte Global, mas que tiveram um alto custo para cidadãos e países do Sul Global e para o planeta.

Sem esse eixo, corre-se o sério risco de que o atual entusiasmo pelos mercados de natureza cause mais danos a ela, agravando a crise climática e aprofundando as desigualdades já existentes.

A Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza foi lançada em abril de 2022 com o objetivo de identificar e chamar a atenção para o potencial, e também os perigos, da ascensão desses mercados, bem como definir o que precisa ser feito a fim de garantir que eles promovam resultados equitativos e positivos para a natureza.

Há sete recomendações principais, e outras recomendações específicas mais detalhadas, definidas neste relatório final, que vão desde o desenvolvimento de produtos de valores mobiliários até governança e regulamentação. Essas recomendações podem ajudar a evitar efeitos indesejáveis e tornar os novos e expandidos mercados de natureza em um fator-chave para uma Transição Justa rumo à economia pós-carbono e sustentável, na qual toda a humanidade e a natureza em geral possam prosperar em um planeta saudável.

"Sem a natureza não há nenhuma vida em nosso planeta nem uma economia sustentável - é fundamental que os povos indígenas estejam no banco do motorista projetando e governando mercados de natureza."



Chief Almir Narayamoga Surui
Líder do Povo Paiter Suruí

Anexo 1

Recomendações para fazer os mercados de natureza funcionarem

1 Alinhar a arquitetura econômica e financeira a uma economia global da natureza que seja equitativa

Ação para alinhar a arquitetura econômica e financeira internacional com o imperativo de promover uma economia global da natureza que seja equitativa.

2 Alinhamento de políticas de bancos centrais e instituições reguladoras

Ação para ampliar os mandatos dos bancos centrais e instituições reguladoras para exigir que eles assegurem um alinhamento entre as ações dos atores financeiros, mercados e sistemas com os compromissos do governo e da política internacional para as agendas de natureza e clima.

3 Alinhar as finanças públicas com as necessidades de uma economia global e equitativa da natureza

Ação para alinhar a gestão financeira do setor público aos compromissos ambientais internacionais fixados pelo Marco Global de Kunming-Montreal para a Biodiversidade

7 Medidas convergentes sobre o estado da natureza

Ação para estabelecer uma abordagem comum para medir e tornar publicamente disponível o estado da natureza em qualquer lugar do planeta.

6 Endereçar os impactos perversos dos crimes contra a natureza

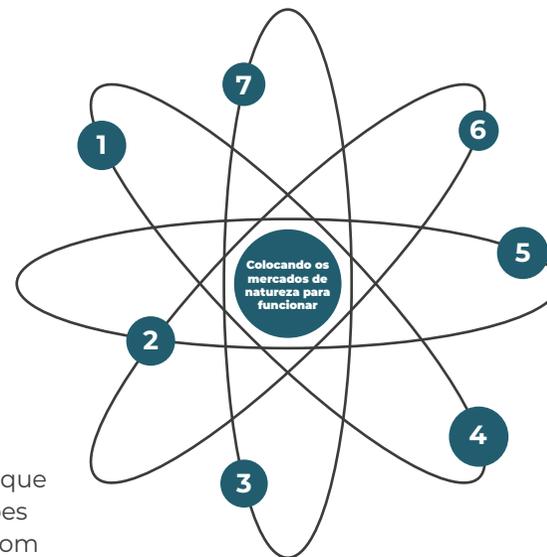
Ação para reduzir a frequência e o impacto dos crimes contra a natureza, estabelecendo uma exigência para que investidores e financiadores demonstrem que as cadeias de valor de seus financiamentos são livres de crimes contra a natureza.

5 Garantir melhores benefícios econômicos para os guardiões da natureza

Ação para formar um ou mais "clubes de vendedores" de natureza, compreendendo tanto nações soberanas ricas em natureza quanto grupos indígenas e comunidades locais, promovendo mercados de natureza de alta integridade com preços acordados ou se necessário, impostos.

4 Responsabilizar legalmente os mercados de commodities alimentares em relação às pessoas e o planeta

Promover o comércio global de alimentos – maior e mais impactante mercado de natureza do mundo – cobrando ações para maior responsabilidade dos mercados de commodities agrícolas frente as pessoas e o planeta.



2

**A DESIGUALDADE
E AUSÊNCIA DE
SUSTENTABILIDADE
NA ATUAL ECONOMIA
DA NATUREZA**



100% da economia global atual é 100% dependente da natureza.

Além da comida que consumimos, da água que bebemos e do ar que respiramos, a natureza inclui todos os seres vivos e os minerais sob nossos pés. Está sempre presente nas nossas casas e nos nossos celulares, nos filmes que assistimos e na forma como gerimos nossa saúde e o consumo de energia.

A maioria das atividades econômicas subestima a natureza, usando-a como um recurso ilimitado e gratuito quando na verdade ela não é nenhum dos dois.

O custo anual não precificado do que a economia global utiliza da natureza (por meio de uso da água, da terra, de espécies silvestres, de emissões de gases de efeito estufa, poluição, resíduos etc.) foi estimado em 13% do PIB global.¹⁵ Da mesma forma, o Banco Mundial estima que nosso sistema alimentar global, que movimenta anualmente aproximadamente US\$ 8 trilhões, gere todos os anos US\$ 12 trilhões em externalidades negativas, principalmente por meio da destruição da natureza e da contribuição para o aquecimento global.¹⁶

Em outras palavras, se a economia global fosse uma única empresa que tivesse que precificar, hoje, as externalidades negativas, ela seria tecnicamente insolvente.¹⁷

E é exatamente isso que a economia global é: desigual e insustentável em sua forma atual, a ponto de serem necessários 1,6 planeta Terra para manter os padrões de consumo atuais, de acordo com o já histórico "Economics of Biodiversity Review",¹⁸ do professor Sir Partha Dasgupta.

A biodiversidade está sendo destruída em escala e ritmo insustentáveis.

De acordo com o presidente da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), "a biodiversidade está sendo perdida e as contribuições da natureza para as pessoas estão sendo degradadas mais rapidamente agora do que em qualquer outro momento da história humana".¹⁹

Essa destruição está acelerando tanto a crise climática quanto a perda alarmante de ecossistemas biodiversos, intensificando a desigualdade, minando a estabilidade financeira e a segurança alimentar.²⁰

Os números são surpreendentes, mesmo em um mundo dominado por dados terríveis:

| A biodiversidade global diminuiu 70% desde 1970.²¹

| Uma ilha de lixo do tamanho da Índia, Europa e México juntos flutua no Oceano Pacífico.²²

| As populações de espécies de água doce diminuíram 84% nos últimos 50 anos.²³

| 1.692 acres de terra anteriormente produtivos tornam-se desertos a cada hora.²⁴

O uso insustentável da natureza contribui para desigualdades econômicas estruturais.

Países ricos em natureza, comunidades rurais e povos indígenas têm sido sistematicamente prejudicados pelo uso insustentável da natureza. Essa história foi marcada por dependência política e econômica, conflitos militares e violações dos direitos humanos. Esse processo preparou o terreno para – e continua a reforçar – os atuais desequilíbrios econômicos, sociais e políticos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e, de forma mais ampla, entre o Norte Global e o Sul Global.²⁵

Existem poucas estimativas robustas da extensão da transferência histórica de riqueza econômica devido ao uso não sustentável da natureza.

De acordo com um estudo de 2021, entre 1960 e 2018, o Norte Global se apropriou do Sul Global de um total de US\$ 62 trilhões (dólares correntes de 2011) em commodities, o que poderia significar até US\$ 152 trilhões²⁶ em crescimento para o Sul Global”.

Esse padrão extrativista segue existindo. Em 2022, estimou-se que entre 1990 e 2015 as apropriações líquidas pelo Norte Global do Sul Global totalizaram o equivalente a 12 bilhões de toneladas de matéria-prima incorporada, 822 milhões de hectares de terra incorporada, 21 exajoules de energia incorporada e 188 milhões de pessoas/ano de trabalho incorporado, totalizando US\$ 10,8 trilhões em valores internacionais.²⁷

Além disso, muitos países emergiram do subdesenvolvimento graças, pelo menos em parte, ao uso não sustentável da natureza. Isso trouxe consigo crises de desenvolvimento relacionadas à natureza, desde a escassez na disponibilidade de água potável até uma deterioração maior da biodiversidade terrestre e marítima, incluindo grandes partes da Amazônia e da Bacia do Congo, bem como o Oceano Pacífico-Asiático, que cobre 40% da superfície do planeta.

A prevalência desse modelo de desenvolvimento industrial em países ricos em natureza – embora historicamente compreensível – reforçou ainda mais os padrões nacionais e globais de desigualdade, ao mesmo tempo em que continua a exacerbar as crises da natureza e do clima.

“Os mercados de natureza não podem ser tratados de forma fragmentada, precisamos de um reset completo do sistema para oferecer uma economia positiva para a natureza e equitativa, que trabalhe a serviço das pessoas, do planeta e da prosperidade.”



Sandrine Dixon-Declève
Copresidente do
Clube de Roma

Esforços para conservar e restaurar a natureza podem reforçar essas desigualdades estruturais.

À medida que as implicações do esgotamento catastrófico da natureza se tornam mais aparentes, aumentam os esforços para proteger a prosperidade econômica onde ela existe atualmente, restringindo o uso excessivo da natureza, tanto nacional quanto internacionalmente.

As iniciativas governamentais de políticas públicas cresceram devido ao aumento de casos de litigância movidos pela sociedade civil, muitas vezes visando incentivar a ação climática doméstica, mas resultando também em impactos significativos para a natureza.

Um exemplo é o da Suprema Corte holandesa que decidiu, em 2019, que o governo tinha o dever de implementar seus compromissos com as mudanças climáticas, o que teve implicações significativas na redução da produção doméstica de leite e no aumento do reflorestamento na Holanda.²⁸

Mais recentemente, esses esforços têm enfrentado oposição crescente em todo o Norte Global. Por exemplo, nos EUA, a resistência contra os mecanismos de análise de investimento do risco climático, que seguem os padrões ESG (Meio Ambiente, Social e Governança), e a oposição dentro da União Europeia (UE) aos custos adicionais (pelo menos no curto a médio prazo) associados aos aspectos mais ambiciosos da nova Lei de Restauração da Natureza.²⁹

Internacionalmente, há temores crescentes de que as iniciativas políticas com foco no clima e na natureza limitem as oportunidades de desenvolvimento. Um exemplo disso é a exigência de desmatamento zero imposta pela União Europeia à sua comunidade empresarial.

Muitos países em desenvolvimento argumentam que grande parte do ônus dessa transição para uma economia pós-carbono recairá injustamente sobre as nações mais pobres, mas ricas em natureza, especialmente aquelas que são exportadoras de commodities.³⁰

Outro exemplo é o novo Mecanismo de Ajuste de Fronteiras de Carbono (CBAM) da UE, que introduzirá tarifas sobre importações intensivas em carbono, muitas vezes oriundas de países de baixa renda. Embora esses esforços possam alcançar alguns de seus impactos pretendidos de curto prazo em relação ao clima e à natureza, se projetados e aplicados de maneira grosseira e unilateral, eles não levarão em conta os impactos negativos políticos e de equidade em países mais pobres e ricos em natureza, e podem, em última análise, serem contraproducentes.

Garantir a contribuição da natureza para enfrentar os desafios climáticos é essencial. Natureza e clima são indivisíveis quando se trata de restringir o aumento das temperaturas globais.³¹ Isso se aplica à capacidade da natureza de absorver e armazenar carbono, seus impactos positivos diretos no clima e seu papel central na garantia de meios de subsistência e de segurança alimentar.

O nexos natureza-clima é fundamental para lidar com:

A segurança alimentar está cada vez mais em risco, impactada pela escassez de água, invasão de terras, declínio da produtividade do solo e extinção de espécies na terra e no mar. Mais de 800 milhões de pessoas não sabem de onde virá sua próxima refeição, de acordo com o Programa Mundial de Alimentos.³²

A invasão humana de ambientes naturais aumenta o risco de transmissão de doenças entre espécies e, conseqüentemente, de pandemias, exemplificadas pela tragédia humana e pelos custos econômicos extraordinários do COVID-19.³³

Minerais estratégicos críticos para a transição econômica verde são cada vez mais alvo de competição econômica, potencialmente militarizada, levando inclusive a impactos sociais e ambientais devastadores.³⁴

“Estamos entrando em uma era de batalhas políticas e legais de jurisdições, com a natureza e o clima como centro de gravidade, resultando em novas formas de comércio e com os protecionismos se tornando viáveis outra vez.”



Carlos Lopes

Professor na Escola Mandela de Governança Pública, e Presidente do Conselho Consultivo da African Climate Foundation

Para fazer a natureza valer é essencial alcançar uma economia global mais sustentável e equitativa.

Reconhecer o valor intrínseco e econômico da natureza é uma necessidade existencial. Levar essa agenda a sério exige que abracemos a necessidade de fazer a transição da economia global para longe do atual apego ao uso não sustentável da natureza. Isso requer mudanças radicais na forma de fazer negócios, nos mercados e nas economias. E, embora benéfico para todos, haverá vencedores e perdedores.

Para que uma mudança tão grande seja genuinamente uma Transição Justa, será necessária uma redefinição fundamental dos termos de troca entre a natureza e outras partes da economia global, e entre o Norte Global e o Sul Global.

Essa mudança deve garantir que uma fatia muito maior do bolo econômico global seja destinada aos guardiões da natureza, incluindo nações soberanas, comunidades locais e povos indígenas.

“Não basta destinar recursos para novos projetos ambientais. Os países também devem parar de subsidiar indústrias prejudiciais à natureza e empregar recursos nacionais para apoiar atividades sustentáveis que podem mudar a trajetória da economia mundial.”



Carlos Manuel Rodriguez
CEO e presidente do Fundo Global
para o Meio Ambiente (GEF)

3

**A ASCENSÃO
DOS MERCADOS
DE NATUREZA**



A ideia de que a natureza deve ser valorizada explicitamente nas atividades econômicas está ganhando espaço.

Os últimos anos testemunharam uma mudança no sentido de que os mercados passaram a contabilizar mais a natureza, ao invés de subestimá-la ou ignorá-la completamente, visando obter resultados positivos e equitativos.³⁵

Essa mudança de rota na direção dos “mercados de natureza” – nos quais identifica-se um valor econômico explícito da natureza que pode então ser negociada ou comercializada – está sendo catalisada por quatro vetores principais.

Os quatro vetores dos “mercados de natureza” são: a conscientização pública e a valorização intrínseca da natureza pelos cidadãos; os impactos negativos sobre a fragilidade da natureza, cada vez mais visíveis; a crescente compreensão da dependência que os ativos econômicos têm da natureza; e uma explosão de biodados baratos e oportunos, tornando mais clara a verdadeira condição da natureza.

Essas tendências subjacentes são refletidas em mercados de grande escala, tanto por políticas quanto como resultado de negócios e inovação tecnológica.

Os maiores mercados de natureza são, de longe, o que chamamos de mercados de natureza “**intrínsecos**” – que permitem o comércio da própria natureza, como produtos agrícolas e minerais, frutos do mar e outros produtos derivados de espécies silvestres, além de petróleo e gás.

Existem mercados que negociam **ativos** da natureza, principalmente direitos de terra, mas também direitos de água doce.

Há os mercados de “**crédito**” com propósito público, como o de carbono e agora também o de biodiversidade, que procuram satisfazer os requisitos de conformidade ou conservar e investir na natureza.

Por fim, os mercados de **derivativos** – envolvendo a comercialização de produtos financeiros que refletem esforços normativos para conservar e investir na natureza, ou que buscam mitigar e gerenciar os riscos relacionados à natureza.

“Inovações revolucionárias no universo dos dados, como percepções geoespaciais e Ground Truth, estão dando aos investidores o poder de medir, monitorar e gerenciar riscos e oportunidades relacionados à natureza com um nível de transparência e precisão nunca antes visto no mercado.”



Vian Sharif
CEO, NatureAlpha e
Head de Sustentabilidade,
FNZ Group

Anexo 2 As Muitas Formas de Mercados de Natureza - uma Taxonomia

Tipo	Descrição	Categoria	Elemento negociado	Segmentos
Mercados de Ativos	Mercados nos quais o direito de usar ativos de ecossistemas com valor de longa duração são negociados	Ativos reais	Direitos de uso de todo um ativo do ecossistema e serviços resultantes	Terras agrícolas, florestas, direitos sobre a água, propriedade intelectual da biodiversidade, ativos ecossistêmicos adicionais
Mercados intrínsecos	Mercados nos quais os serviços de abastecimento, regulação ou ecossistemas culturais são negociados	Produtos	Uso de serviços de abastecimento	Hard e soft commodities, vida silvestre legal e ilegal, materiais genéticos, arrendamentos de direitos de água
		Conservação	Conservação da natureza para benefício econômico direto ou de valor altruísta	Pagamentos por serviços ecossistêmicos, ajuda externa no desenvolvimento, doações filantrópicas, dívida vinculada à sustentabilidade
		Acesso	Acesso/utilização de serviços culturais	Turismo de vida silvestre
Mercados de crédito	Mercados que negociam créditos que refletem os esforços para melhorar ou conservar os ativos ecossistêmicos ou seus serviços	Créditos específicos da natureza	Créditos que refletem o valor dos serviços ecossistêmicos	Bancos de mitigação, créditos de qualidade da água, créditos voluntários de biodiversidade
		Créditos de carbono relacionados à natureza	Créditos que refletem o valor ou sequestro ou armazenamento de carbono	Créditos voluntários de carbono relacionados à natureza, permissões de carbono de conformidade do setor Afolu (Agricultura Florestas e Uso do Solo)
Mercados Derivativos	Mercados para produtos financeiros que diretamente refletem os valores do ecossistema ou riscos do ecossistema	Produtos financeiros	Produtos financeiros diretamente vinculados a ativos ou serviços ecossistêmicos	Derivativos de commodities, seguro relacionado à natureza, NFTs de vida silvestre, seguro de perda de biodiversidade, securitização de ativos do ecossistema, futuros da água

Fonte: Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza e Vivid Economics (2022)

Os mercados de natureza podem protegê-la e oferecer mais equidade – ou ser parte do problema.

Para alguns, a ideia de que os ecossistemas devem ter um valor monetário cria uma possibilidade interessante para conservar regiões ameaçadas da Terra.

Precificar a natureza em toda a economia global pode aumentar o potencial de preservação, investimento e restauração da natureza.

Cidadãos e consumidores poderiam potencialmente reforçar tal precificação por meio de suas escolhas de consumo, decisões de investimento, voto e ativismo.³⁶ Governos e reguladores também podem desempenhar um papel integral na ascensão dos mercados de natureza por meio da implantação de ações fiscais e regulatórias, como o Nature Repair Bill, da Austrália, e o Nature Market Regulatory Framework, do Reino Unido.³⁷

Para outros, porém, há certa ironia e um risco considerável em tentar usar mecanismos de mercado para resolver problemas crônicos originalmente criados ou agravados justamente pelos mercados.³⁸

Dada a complexidade da natureza, os esforços para contabilizá-la e assim preservá-la também abrem as portas para riscos significativos de greenwashing.

Uma análise, por exemplo, sugere que 90% das atuais compensações de carbono das florestas tropicais são "inúteis".³⁹ A precificação e o comércio de natureza escassa e ameaçada, sem as salvaguardas necessárias, podem aumentar a insegurança alimentar de comunidades vulneráveis, restringir oportunidades de desenvolvimento para países ricos em natureza e aumentar o custo de capital para países e comunidades que enfrentam riscos relacionados à natureza.

“Há espaço para os mercados transformarem a maneira como recompensamos a contribuição da natureza para a economia e os guardiões da natureza, incluindo maneiras de limpar as cadeias de valor da natureza, envolvendo consumidores e garantindo maior divulgação de produtores, traders e investidores.”



Joaquim Levy

Diretor de Estratégia Econômica e Relações com o Mercado, Banco Safra S.A.

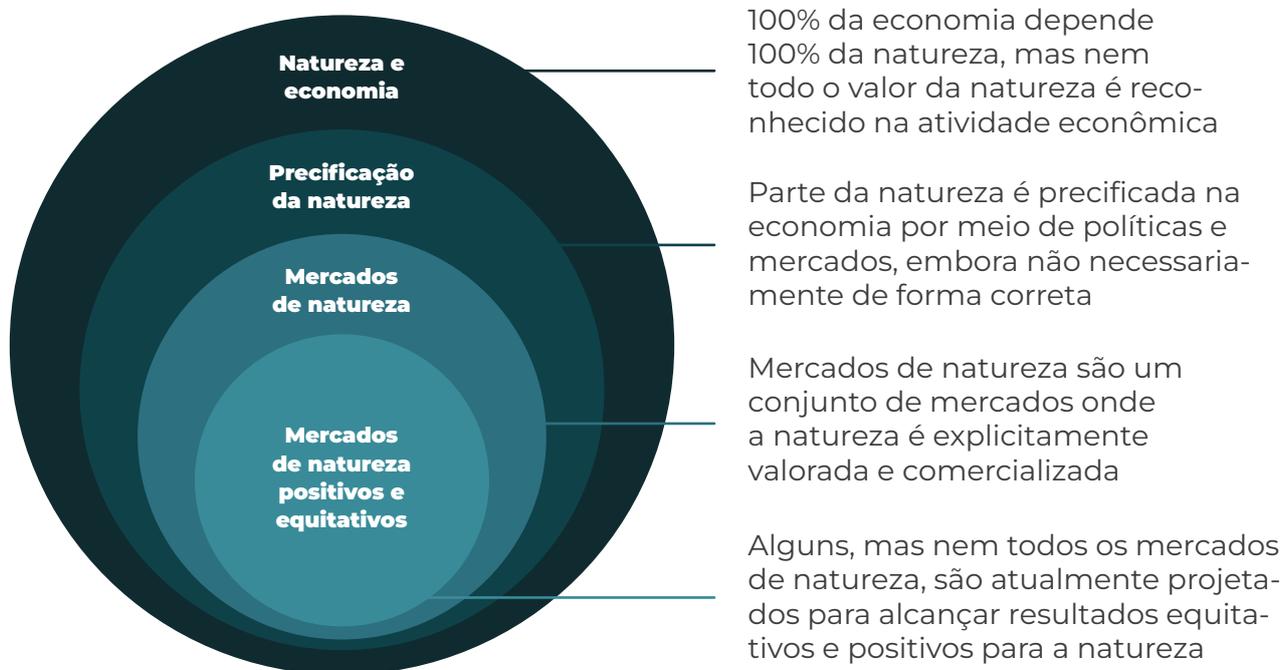
Deixar no solo e no fundo do mar.

Pode haver boas razões para não usar alguns recursos naturais – não para preservá-los, mas para evitar seus impactos destrutivos. A mineração em alto mar, por exemplo, é um setor no qual, cada vez mais, as várias partes interessadas pedem moratória definitiva com o objetivo de proteger a vida marinha.⁴⁰

Mas as fontes de energia intensivas em carbono são talvez o caso mais significativo.

Pesquisas recentes descobriram que 90% das reservas de carvão e 60% das reservas de petróleo e gás não devem ser extraídas para que haja 50% de chance de manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C, aumento acima do qual os piores impactos climáticos seriam mais prováveis de ocorrer.⁴¹

Anexo 3 Nem todos os mercados de natureza são equitativos ou positivos para a natureza



Fonte: Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza e Vivid Economics (2022)

“Os mercados de natureza têm limites rígidos. A mineração em alto mar, por exemplo, poderia ser um desastre ambiental com danos irreversíveis em uma escala impressionante, impactando a vida marinha e o sequestro de carbono.”



Nakul Saran
Empresário e
oceanógrafo

Os mercados de natureza podem se basear na cartilha da agenda climática, mas só parcialmente.

Integrar à economia global o risco climático, a mitigação e a adaptação é uma jornada inacabada, mesmo assim, há lições que podem nos dar indicações sobre como moldar os mercados de natureza.

De forma mais óbvia, a construção de compromissos nacionais e internacionais de política climática e sua execução têm, até o momento, impulsionado a precificação de riscos financeiros, a inovação empresarial e de produtos, e mais estratégias econômicas nacionais e regionais.

Existem, no entanto, pelo menos três grandes diferenças entre as cartilhas do clima e a da natureza.

Quando se trata de natureza:

- 1 Não há equivalente para o carbono, o que não apenas complica os esforços para lidar com a crise da natureza, mas também significa que não há um equivalente óbvio para o preço do carbono.
- 2 Existe a importância crucial de envolver os guardiões da natureza, em particular os povos indígenas e as comunidades locais, na formulação e execução de soluções eficazes.
- 3 Não há equivalente, pelo menos ainda não, à revolução da energia limpa, que é fundamental para a redução de emissões e sustentada por tecnologias com curvas de custo acentuadamente descendentes.

As semelhanças e diferenças entre as cartilhas do clima e a da natureza são de suma importância. Suas implicações afetam o equilíbrio da busca por soluções, desde os preços de tecnologias às políticas públicas e recursos de governança mais amplos, até as transformações necessárias nas empresas e nos mercados.

Este não é apenas um trabalho para governos e reguladores – pressão do consumidor e ação cidadã, bem como liderança corporativa voluntária e inovação, todos têm um papel crucial a desempenhar.

“As lições que podemos aplicar aos mercados de natureza a partir do trabalho de financiamento climático incluem o uso inovador de diferentes tipos de capital para mobilizar o financiamento privado e a necessidade de colaborar para desenvolver estruturas, padrões e até mesmo um vocabulário aceito.”



Rhian-Mari Thomas OBE
CEO, Green Finance Institute

Uma governança eficaz é essencial para o funcionamento dos mercados de natureza.

Embora possa ser tentador separar completamente a natureza dos mercados, a realidade é que a natureza é fundamental para todas as nossas atividades econômicas.

Nossa escolha não é se deve haver mercados de natureza – tanto mercados estabelecidos há muito tempo quanto aqueles que estão surgindo –, mas sim como eles podem ser melhor desenhados e governados para oferecer resultados equitativos e impactos positivos sustentáveis na natureza e nas comunidades.

Isso fica claro no recém-acordado Marco Global de Kunming-Montreal para a Biodiversidade (GBF) e nos novos cenários estabelecidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

O GBF e os cenários recentes do IPCC enfatizam que, para ter alguma chance de atingir as novas metas globais de biodiversidade, as intervenções diretas do governo por meio de financiamento público não serão suficientes – os mercados de natureza precisarão ser mobilizados em escala.

Os mercados de natureza só podem ser corrigidos no contexto de um reset de todo o sistema.

Os mercados de natureza podem ser abordados um a um, e certamente algum progresso pode ocorrer por meio desta abordagem. No entanto, eles fazem parte de um ecossistema mais amplo de precedentes, normas, interesses estabelecidos, regras e processos governamentais – além de simples inércia.

Em última análise, fazer com que os mercados de natureza gerem resultados equitativos e positivos para a natureza deve ser parte de um reset maior da arquitetura financeira e econômica.

“A destruição da natureza apresenta riscos profundos para as sociedades humanas e, como acontece com qualquer risco sério que enfrentamos, a resposta racional é impor limites – no caso da perda de biodiversidade, isso significa fazer um esforço abrangente e mundial para valorizar, proteger e restaurar a natureza de forma adequada.”



Hank Paulson
Presidente, Instituto Paulson

4

**A NOVA
GEOPOLÍTICA
DA NATUREZA**



Mercados de natureza podem beneficiar países ricos em natureza, mas também podem ter efeito oposto

As mudanças sísmicas na geopolítica atual têm muitas causas e características, com consequências incertas que podem ser tanto localizadas quanto estruturais. E está cada vez mais claro que a natureza e o clima farão parte dessa mudança, sobretudo por meio de questões controversas em torno de finanças, acesso a mercados e preços.

Essas novas dimensões da geopolítica e as tensões associadas já estavam se tornando perceptíveis em eventos políticos importantes, incluindo a COP27 em Sharm El Sheik, no final de 2022, e a Cúpula para um Novo Pacto de Financiamento Global, organizada pelo presidente Macron em Paris, em meados de 2023.

O crescente reconhecimento da natureza nos mercados globais pode e deve beneficiar os países ricos em natureza, principalmente por meio de maiores ganhos e investimentos. No entanto, perversamente, levar em consideração os riscos relacionados à natureza poderia interromper os sistemas de produção de alimentos, o que, por sua vez, poderia precipitar um aumento do desemprego rural e aumentos no custo da nutrição.⁴²

Da mesma forma, precificar a fragilidade da natureza já está levando alguns países ricos em natureza a serem penalizados nos mercados financeiros globais, inclusive por meio de aumentos no custo de capital para alguns países vulneráveis às mudanças climáticas.⁴³ Esforços adicionais para reduzir a destruição contínua da natureza podem envolver regras e fluxos de comércio e investimento transfronteiriços.⁴⁴

A natureza está se tornando o centro de gravidade na competição global.

Certos aspectos da natureza têm sido centrais para a geopolítica e a economia, principalmente nos mercados de hard commodities, com destaque para petróleo e gás.

O que é novo é a crescente importância geopolítica da natureza viva, como a biodiversidade (incluindo a água), como um fator cada vez mais significativo na competição econômica global.

Isso é especialmente relevante no contexto dos desafios climáticos e da chamada transição verde. Cada vez mais, essa competição está aumentando as tensões econômicas e geopolíticas.

Em síntese:

Os países ricos em natureza, frequentemente com mais limitações econômicas, estão buscando reverter as desigualdades históricas, mudando os termos de troca da natureza a seu favor, inclusive por meio da conversão da natureza em uma fonte de benefícios monetários.

Os países economicamente mais ricos, muitas vezes sem recursos naturais, procuram proteger a natureza como uma estratégia para retardar as mudanças climáticas, sem pagar muito por isso, e como meio de garantir a segurança alimentar e salvaguardar insumos cruciais para suas cadeias de valor globais.

A perspectiva de uma catástrofe climática redefinirá as estratégias econômicas relacionadas à natureza

A probabilidade de mudanças climáticas catastróficas cresce, apesar dos esforços para restringir o aumento das temperaturas globais no escopo do Acordo Climático de Paris. De fato, para um número crescente de pessoas, essas catástrofes já são parte da vida cotidiana.

Esse cenário pode exigir formas muito diferentes de estratégias econômicas e relacionadas à natureza:

Países ricos em natureza, ao mesmo tempo que buscam manter seus recursos naturais pelo maior tempo possível, podem acelerar o ritmo e a escala de sua monetização e gerar apoio financeiro para o que, sem dúvida, será uma transição econômica dolorosa.

Países economicamente mais ricos podem adotar estratégias econômicas mais intensivas em tecnologia e descolar sua trajetória, projetada para reduzir a dependência de aspectos da natureza que estão se esgotando rapidamente por meio de grandes investimentos em circularidade.

A geopolítica dos mercados de natureza provavelmente será catalisadora de novas coalizões.

Algumas coalizões menos estruturadas começaram a aparecer nos últimos anos, como a Coalizão de Alta Ambição para Proteção da Natureza e da Humanidade⁴⁵ e o Programa Redução de Emissões Acelerando o Financiamento Florestal (LEAF).⁴⁶ Também estão surgindo coalizões mais assertivas politicamente, como a aliança formada por Brasil, Indonésia e República Democrática do Congo, para cooperar na bioeconomia e restauração de florestas tropicais e ecossistemas críticos.⁴⁷

Tais coalizões têm características técnicas e políticas, mas ainda não estão focadas na questão central de se afastar das desigualdades históricas. Essa mudança de rota implicaria em preço justo e volumes dimensionados de financiamento pagos por serviços ecossistêmicos aos guardiões da natureza, incluindo países soberanos, povos indígenas e comunidades locais, bem como aos desenvolvedores de projetos.

Um próximo passo pode ser a formação de um ou mais “clubes de vendedores” de natureza. Esses “clubes de vendedores” poderiam compartilhar lições importantes, tanto positivas quanto preventivas, aprendidas com experiências de clubes mais antigos, como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

"Clubes de vendedores" que estabeleçam preços justos em troca de garantias de serviços ecossistêmicos de alta integridade fariam ainda mais sentido no contexto de um cenário climático catastrófico. Nesse cenário, será necessário restaurar e proteger a natureza pelo maior tempo possível e criar alguma forma de “fundo de transição” que possa mais tarde apoiar as dolorosas mudanças econômicas e físicas desses países em um mundo com grandes alterações climáticas. Essa abordagem não seria materialmente diferente daquela adotada por países ricos em petróleo e gás, como Noruega e Arábia Saudita, na construção de sua riqueza soberana ou fundos de “gerações futuras”.

A natureza deve ser incorporada em uma nova arquitetura financeira e econômica internacional.

Diante de preocupações comuns e interesses estratégicos divergentes, todos os países precisam alinhar a arquitetura econômica e financeira internacional com tudo o que for necessário para fazer a transição para uma economia global mais equitativa e positiva para a natureza.

Essa transição incluiria uma arquitetura de dívida global aperfeiçoada, políticas comerciais e de investimento, políticas financeiras e monetárias, regulamentos e padrões, regras de combate à lavagem de dinheiro aplicadas a crimes contra a natureza e regras para compras públicas e subsídios.

As melhorias também podem e devem abranger a regulamentação de como a natureza é considerada em mercados específicos e significativos, em especial os mercados de commodities, e nos nascentes, como os de informações genéticas digitalmente sequenciadas.⁴⁸

Há esforços recentes para encorajar o G20 a considerar as dimensões climáticas na política monetária e na regulamentação financeira. Recentemente, houve uma série de avanços nos quais os riscos relacionados à natureza foram compreendidos, quantificados e divulgados.⁴⁹

Da mesma forma, o G7 lançou uma Aliança para Economias Positivas para a Natureza, embora seu foco inicial seja modesto, centrado nas divulgações de riscos relacionados à natureza.⁵⁰

Mas tais avanços ainda são ad hoc e incompletos. É importante aproveitar as negociações internacionais já em andamento sobre clima e natureza: a COP28 da Conferência de Clima nos Emirados Árabes Unidos, em 2023, e a COP16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, na Turquia, em 2024, até a presidência da COP30 de Clima no Brasil, em 2025. Outra opção seria ampliar a Aliança para Economias Positivas para a Natureza do G7.

No entanto, o progresso que pode ocorrer por meio do G20, em 2024, sob presidência brasileira, talvez seja preferível para a construção de uma abordagem mais inclusiva, envolvendo uma liderança significativa de países ricos em natureza do Sul Global.

5

**GOVERNANÇA DOS
MERCADOS DE
NATUREZA**



Nossa análise dos mercados de natureza concentrou-se em quatro arquétipos de mercados específicos.

O trabalho da Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza tem se focado no desenvolvimento de análises e recomendações que se aplicam a todos os mercados de natureza, incluindo aqueles já estabelecidos e também os mercados emergentes.

A Força-Tarefa, porém, se debruçou com mais profundidade e formulou recomendações para a reforma de quatro categorias específicas de mercados de natureza, por entender que eles requerem atenção mais urgente:

■ Mercados de crédito de natureza, com foco principal nos mercados de créditos de carbono e mercados emergentes de créditos de biodiversidade.

■ Mercados ilegais de natureza, que incluem o comércio de produtos oriundos de crimes contra a natureza.

■ Mercados de soft commodities, o maior e indiscutivelmente o mais importante conjunto de mercados de natureza, que negocia o suprimento mundial de alimentos.

■ Mercados financeiros, que têm a maior influência sobre todos os mercados de natureza, moldando a economia global e os termos do relacionamento dela com a natureza e o clima.

Cada um desses quatro arquétipos é analisado profundamente, destacando as oportunidades e os riscos que moldaram as recomendações da Força-Tarefa. Além das quatro categorias, a Força-Tarefa considerou ainda outros mercados, como mercados financeiros mais amplos e o mercado emergente de bio-dados, e aqueles focados na representação digital da natureza ou que fazem uso dela.

“A natureza é o nosso sistema de suporte à vida. Se os mercados continuarem a negligenciar as consequências na natureza da maximização do lucro de curto prazo, a jornada humana no planeta se tornará muito mais perigosa.”



André Hoffmann
Vice Chairman,
Roche Holding

1 Mercados de crédito de natureza

*Especialmente focados em mercados de carbono e mercados emergentes de crédito de biodiversidade, atualmente com um valor anual combinado de menos de US\$ 5 bilhões.*⁵¹

Os mercados de crédito de biodiversidade tornaram-se um para-raios de muitas críticas ao desenho dos mercados de natureza,⁵² especialmente à luz das deficiências nítidas nos mercados voluntários de carbono.⁵³

O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) concluiu recentemente que, “...com estruturas e sinais políticos claros, boa governança, capacidades institucionais aprimoradas e regras de engajamento inclusivas e transparentes, os créditos de carbono positivos para a biodiversidade e os certificados de natureza têm o potencial de complementar significativamente outros mecanismos financeiros para atingir os objetivos e metas do Marco Global para a Biodiversidade e do Acordo de Paris”.⁵⁴

A concepção dos mercados de crédito de carbono e de biodiversidade até o momento não contempla, em sua essência, um acordo justo para desenvolvedores de projetos ou nações soberanas ricas em natureza, muito menos para povos indígenas e comunidades locais. As questões mais desafiadoras são apresentadas pelas negociações 'Over the Counter' (OTC), que são principalmente acordos bilaterais entre compradores e vendedores fora de qualquer estrutura de mercado formal.

Um 'Roteiro Global para Aproveitar os Mercados de Crédito de Biodiversidade para as Pessoas e o Planeta' foi lançado pela França e pelo Reino Unido na Cúpula pelo Novo Pacto Financeiro Global, realizada em Paris, em junho de 2023.⁵⁵ O desenvolvimento desse roteiro foi apoiado pela NatureFinance como parte da abordagem da Força-Tarefa direcionada a análise e impacto. Ele destaca cinco principais desafios a serem enfrentados na construção de mercados de crédito de biodiversidade equitativos e positivos para a natureza e mercados de crédito de natureza mais amplos, resumidos no Anexo 4.

Anexo 4

Mercados de Crédito de Biodiversidade Positivos Para a Natureza - Principais Desafios para Projetá-los

- A** Medir o estado da natureza.
- B** Estimular a demanda oportuna, sustentável e efetiva de créditos com financiamento associado.
- C** Garantir suficiente oferta de créditos de alta integridade oferecendo um resultado positivo para a natureza.
- D** Assegurar a distribuição equitativa de recompensas para desenvolvedores de projetos, nações soberanas, povos indígenas e comunidades locais.
- E** Estabelecer uma governança robusta e participativa e arranjos institucionais mais amplos.

“Os mercados de crédito de biodiversidade podem ajudar a garantir que o financiamento do setor privado seja alavancado para proteger e restaurar a natureza, desde que sejam dimensionados para integridade, impacto e equidade.”



Sylvie Lemmet
Embaixadora do
Meio Ambiente no
Ministério de Europa
e Relações Exteriores

2 Mercados Ilegais de Natureza

Incluem o comércio de produtos oriundos de crimes contra a natureza, gerando a terceira maior fonte de fluxos financeiros ilegais, estimados em até US\$ 1,5 – 2 trilhões.⁵⁶

O comércio ilegal de espécies silvestres, incluindo extração de madeira e pesca, e os ganhos gerados por “crimes ambientais”, incluindo mineração ilegal, despejo de lixo e outros, são estimados em até US\$ 281 bilhões.⁵⁷ O comércio ilegal de espécies silvestres diminui as receitas fiscais, principalmente nos países mais pobres e ricos em natureza, em cerca de US\$ 30 bilhões por ano. Se os impactos mais amplos nos serviços ecossistêmicos forem considerados, o comércio ilegal de espécies silvestres é globalmente estimado em US\$ 1 trilhão a 2 trilhões por ano.⁵⁸

Há lições importantes a serem extraídas da experiência mundial de combate aos crimes contra a natureza, as quais podem ser aplicadas à governança dos mercados de natureza, resumidas no Anexo 5. Isso inclui o uso de cooperação internacional, leis e regulamentos nacionais, mecanismos financeiros estabelecidos, iniciativas baseadas em dados e informações precisas e atualizadas, rastreabilidade e transparência.⁵⁹ No centro de qualquer abordagem significativa está a proteção e a influência de povos indígenas e comunidades locais.

A abordagem da Força-Tarefa direcionada à análise e impacto inclui o engajamento contínuo com os governos do Brasil e da Suíça para aprimorar a rastreabilidade do ouro ilegal exportado a partir de garimpo na Amazônia. São incentivadas regras reforçadas contra a lavagem de dinheiro aplicadas a crimes contra a natureza, incluindo o desenvolvimento de uma abordagem robusta do tipo "diamante de conflito" para garantir garantir que as cadeias de valor de financiamentos são livres de crimes contra a natureza.⁶⁰

Os esforços para impedir que o ouro ilegal entre no mercado de joias ou nas reservas bancárias como uma classe de ativos são bons exemplos de como o setor financeiro pode combater os crimes contra a natureza em sua cadeia de valor.

Anexo 5

Mercados Ilegais de Natureza - Da Governança Top-Down para a Bottom-Up

Soluções multifacetadas: a governança eficaz dos mercados de natureza requer uma combinação de cooperação internacional, leis nacionais, iniciativas baseadas no mercado, envolvimento da comunidade, desenvolvimento de meios de subsistência alternativos e dados precisos para rastreabilidade e transparência.⁶¹

Proteção dos direitos: qualquer abordagem significativa requer a proteção e a influência de povos indígenas e comunidades locais, incluindo a proteção de seus direitos e resolução efetiva de conflitos quando esses direitos se sobrepõem aos de outros atores, especialmente empresas.

Siga o dinheiro: regras de combate à lavagem de dinheiro que impeçam a conversão de receitas de atividades ilegais em dinheiro limpo precisam ser aplicadas aos crimes ambientais.⁶² Outra possibilidade seria estabelecer uma abordagem inspirada nos “diamantes de conflito” para exigir que as instituições financeiras garantam que seus investimentos nas cadeias de valor sejam livres de crimes contra a natureza.⁶³

Ecocídio: estabelecer o crime de ecocídio como “atos ilegais ou arbitrários cometidos com o conhecimento de que há uma probabilidade substancial de causar danos severos, generalizados ou de longo prazo ao meio ambiente”.⁶⁴

3 Mercado de Soft Commodities

O maior e indiscutivelmente o mais importante conjunto de mercados de natureza, que comercializa alimentos avaliados em mais de US\$ 4 trilhões por ano.⁶⁵

As soft commodities impactam profundamente pela forma como são comercializadas. Embora tenha havido uma onda de iniciativas de “commodities sustentáveis” na última década, a grande maioria das transações de soft commodities não faz referência a seu impacto para o clima, a natureza ou o social.⁶⁶ Dado que são alimentos que estão sendo comprados, comercializados e vendidos, questões de equidade são fundamentais.

Atualmente, o aumento e a volatilidade dos preços dos alimentos estão ligados, entre outros fatores, à perturbação causada pela invasão russa na Ucrânia.⁶⁷ Por exemplo, os lucros gerados pelo maior trader agrícola do mundo, a Cargill, aumentaram 141%, alcançando um patamar recorde, no ano financeiro de junho de 2021 a maio de 2022. Archer Daniels Midland, outro grande trader, descreveu 2021 como um “divisor de águas”, com os maiores lucros de seus quase 120 anos de história.⁶⁸

Anexo 6

Oportunidades para mudanças positivas nos mercados de soft commodities

Regulação: fortalecer a supervisão regulatória com políticas de concorrência convencional e também específicas para a natureza e relacionadas ao clima.

Governança corporativa: aumentar os requisitos básicos de divulgação, incluindo impactos totais na natureza e no clima ao longo de toda a cadeia de valor corporativa.

Incentivos: introduzir a executivos incentivos de remuneração vinculados à natureza e ao clima.

Transparência: exigir total transparência da cadeia de valor, permitindo a rastreabilidade desde a fazenda, e a divulgação dos impactos no clima, na natureza e nas pessoas.

Apesar de sua complexidade dinâmica, três grandes classes de desafios de governança são claramente os principais candidatos a serem tratados, com possíveis caminhos de solução definidos anteriormente no Anexo 6:⁶⁹

Governança ruim em todo o mercado: devido à superconcentração, vertical e horizontalmente, desses mercados.

Incentivos perversos: esses mercados ainda recompensam resultados destrutivos para a natureza no uso da terra e do mar, no abastecimento agrícola, na produção de alimentos, distribuição e consumo.

Assimetria de informações: falta de divulgação adequada sobre fornecimento, preços e distribuição desde a produção até a cadeia de suprimentos e o nível do mercado consumidor final.

“Uma estrutura internacional de governança dos mercados de natureza permitiria que as comunidades financeiras, científicas e governamentais trabalhassem juntas na proteção da saúde marinha e terrestre, resiliência climática e segurança alimentar para bilhões de pessoas.”



Bruno Oberle
Ex-diretor-geral,
União Internacional para
a Conservação da Natureza

4 Mercados Financeiros

Exercem a maior influência sobre todos os mercados de natureza, moldando a economia global e os termos de sua relação com a natureza e o clima.⁷⁰

O recente aumento da visibilidade da natureza e da biodiversidade nos mercados financeiros tem sido notável. Isso inclui o apelo de instituições financeiras que representam mais de US\$ 24 trilhões em ativos sob suas gestões para adotar um ambicioso Quadro de Biodiversidade Global pós-2020, na COP 15 da Conferência da ONU sobre Diversidade Biológica, e as mais de 1.000 organizações, incluindo muitas instituições financeiras, que aderiram ao Fórum da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza⁷¹ (TNFD).

Bancos centrais e instituições reguladoras estão começando a olhar para a natureza como um fator que impulsiona a instabilidade financeira.⁷² Nota-se uma onda de inovação financeira que apoia a mensuração do grau de exposição relacionado à natureza, como a emissão de dívida soberana lastreada à natureza e a troca de dívida por natureza.⁷³

Apesar destes avanços, as lentes de 'risco financeiro material' e 'risco de instabilidade financeira' são inadequadas para impactar positivamente a natureza e o clima, na escala e no tempo adequados. Isso é demonstrado pelos recordes globais de desmatamento nos últimos dois anos, bem como pela deterioração de outros aspectos da biodiversidade.⁷⁴

É imperativo mudar gradativamente a governança dos mercados financeiros. Precisamos ir além dos riscos financeiros associados para que as instituições financeiras alinhem seus investimentos às políticas e aos compromissos legais para ações climáticas e da natureza criados pelos governos dos países onde estão domiciliadas. Ver Anexo 7.

“Como definidores de regras do sistema econômico, os bancos centrais e os ministérios das finanças precisam promover a atribuição de um valor monetário à natureza – um passo crítico para que a natureza seja incluída nas principais decisões econômicas e financeiras.”



Naoko Ishi
Professora e Vice-presidente
Executiva da Universidade
de Tóquio

Anexo 7

Do risco ao alinhamento de políticas - Tornando as finanças positivas para a natureza

- 1 Alinhamento de Propósito:** as instituições governamentais podem e devem perseguir objetivos instrumentais, como estabilidade de preços e financeira, mas eles devem ser incorporados a um conjunto mais amplo de objetivos para promover a prosperidade e a sobrevivência sustentáveis.
- 2 Alinhamento de Instrumentos:** as diversas ferramentas implementadas pelas instituições que governam as finanças devem refletir esse propósito mais amplo, bem como o cenário em mudança em que operam, fundamentadas em uma análise robusta de sua contribuição efetiva para a prosperidade sustentável.
- 3 Alinhamento de Instituições:** as instituições governamentais devem ser mais eficazes, para garantir aprendizado rápido e cooperativo, e envolver uma maior diversidade de atores e de lugares de tomada de decisão na governança de sistemas dinâmicos e complexos, em uma era de perpétua policrise.

“Tecnologias emergentes tais como blockchain, tokenização e contratos inteligentes são as melhores ferramentas existentes para entregar desenhos de mercado baseados em princípios, de modo que, no futuro, os contribuintes não tenham que socorrer interesses privados.”



Katrina Donaghy
CEO e cofundadora
da Civic Ledger

Há lições e recomendações transversais para a governança de todos os mercados de natureza

Os mercados de natureza variam drasticamente, assim como seus arranjos de governança. No entanto, é possível extrair diversas lições amplamente aplicáveis de nossa análise dos quatro arquétipos de mercado de natureza.

Essas lições transversais incluem:

A governança deve ser desenhada para atender à complexidade do sistema que busca governar: entregar uma economia da natureza que seja equitativa e positiva requer novos modelos de negócios e mercados. Em última análise, requer uma transformação da arquitetura econômica e financeira internacional, que hoje é amplamente “ignorante em relação à natureza”, para uma que seja “centrada na natureza e nas pessoas”.

A governança top-down só funcionará se for integrada aos designers de mercado e à governança bottom-up: as abordagens top-down para gerenciar os mercados de natureza precisam nutrir e complementar ações e esforços bottom-up, liderados pela comunidade, em muitas camadas complementares de governança.

Abordagens dinâmicas e multifacetadas não podem ser ad hoc: Ações ambiciosas e coerentes para que os mercados de natureza gerem resultados equitativos e positivos para a natureza exigem uma visão comum, metas acordadas e uma estrutura que, por sua vez, permita isso.

Mudanças fundamentais na governança podem ser construídas a partir de componentes testados: muitas vezes, mudanças fundamentais na governança podem ser simplesmente uma implementação mais eficaz de abordagens já existentes. Os exemplos incluem a adoção de abordagens testadas e comprovadas para maior transparência do mercado, ou formas pelas quais os próprios traders podem ser certificados,⁷⁵ ou ainda o estabelecimento de preços mínimos significativos e eficazes.⁷⁶

A governança dos mercados de natureza pode implantar inovação em grande escala: as inovações de governança podem ser implementadas com eficácia em escala global. Os exemplos incluem plataformas de código aberto para biodados, usando blockchain para aprimorar a formação de preços e a liquidez do mercado, e inovações legais, como os “direitos da natureza”.⁷⁷

"Blocos de governança" podem ser aplicados de forma flexível em diversos mercados de natureza.

Com base nessas lições, os formuladores de políticas públicas devem combinar elementos existentes e inovadores em "blocos de governança", como módulos de construção básicos, a partir dos quais a governança dos mercados de natureza pode ser desenvolvida de forma flexível e sistemática.

Em alguns casos, a chave pode ser aumentar a transparência, amplificar as vozes das partes interessadas ou melhorar a formação de preços e liquidez. Em outros casos, mudanças na regulamentação podem ser a peça essencial – seja uma ação judicial, implantação de instrumentos jurídicos inovadores, regulamentos financeiros ou estabelecimento de novos padrões.

Esses "blocos de governança" devem ser incorporados a uma Estrutura de Governança de Mercado de Natureza amplamente aceita, composta por uma série de elementos como os apresentados no Anexo 8. Isso forneceria uma base para avaliações comparativas do estado de governança em mercados de natureza específicos, informando esforços de design de mercado e melhorias na prática.

Anexo 8 Elementos Principais de uma Estrutura de Governança de Mercados de Natureza

- 1 Princípios de Integridade:** estabelece a visão e o propósito dos mercados de natureza e, assim, orienta seu projeto técnico e faz a sua supervisão.
- 2 Mensuração da natureza:** inclui a qualidade dos termos de acesso e do uso dos dados, além de métricas previamente acordadas sobre o estado da natureza.
- 3 Contabilidade de ativos:** inclui a base na qual as mensurações do estado de natureza serão revertidas em contabilidade, que por sua vez poderão ser representada financeiramente.
- 4 Transparência e Rastreabilidade:** inclui uma abordagem radical para a transparência nas transações comerciais e rastreabilidade total, com uso de tecnologias digitais facilitadoras.
- 5 Equidade e respeito:** inclui mecanismos para capacitar atores com menos força no respectivo mercado com o objetivo de garantir preços justos e incorporar características culturais relevantes em produtos, normas e governança.
- 6 Vozes das partes interessadas:** inclui formas mais tradicionais de envolvimento das partes interessadas/impactadas e o estímulo de inovações digitais para incluir essas vozes às características do produto.
- 7 Responsabilidade empresarial:** inclui o uso de instrumentos bem conhecidos para avaliação de risco e impacto e requisitos de divulgação, amplificados por responsabilidades fiduciárias estendidas.
- 8 Arquitetura legal:** esclarece e amplia a base legal e regulatória sobre a qual os mercados de natureza são regidos, incluindo o uso de uma legislação mais ambiciosa de 'direitos da natureza'.
- 9 Reguladores com propósito:** estende os mandatos dos reguladores para garantir a adoção ou o alinhamento com políticas positivas para a natureza e compromissos internacionais.

6

RECOMENDAÇÕES PARA FAZER OS MERCADOS DE NATUREZA FUNCIONAREM



Intervenções ambiciosas e direcionadas são necessárias para desencadear uma transformação em escala dos mercados de natureza.

Fazer funcionar os mercados de natureza – garantindo que a natureza seja precificada de forma mais eficaz para fornecer resultados equitativos e positivos para a natureza – não implica em focar de forma exclusiva ou mesmo preferencialmente em soluções baseadas no mercado. Na verdade, as análises da Força-Tarefa apontam para o oposto - que a maioria das soluções é sustentada por ações políticas, necessárias para transformar a base sobre a qual empresas, mercados e economias usam, investem, comercializam e pagam pela natureza.

O engajamento dos cidadãos (consumidores, contribuintes e eleitores) é fundamental para moldar os mercados para um resultado positivo e para garantir a implementação efetiva dos requisitos regulatórios ou estruturas de políticas públicas.

Apresentar este quadro geral de recomendações para o enfrentamento dos desafios climáticos ocorre em ritmo descompassado ao das mudanças que estamos testemunhando, apesar de uma medida unitária de carbono já estar disponível e da oportunidade extraordinária criada pela tecnologia de energia limpa.

Lidar com duas crises, climática e da natureza, que são interligadas, porém distintas, exige diferentes cartilhas. Para a natureza, em sua essência, será necessária uma confiança muito mais intensa (mas de forma alguma exclusiva) em políticas e instrumentos associados para desencadear inovações e mudanças no comportamento do mercado.

A natureza não tem as facilidades ou ferramentas das big tech para mexer de forma simplificada em preços e de intervir de forma independente em mercados em acelerado processo de desenvolvimento.

A cartilha da natureza inclui incentivos políticos, regulamentação e novas estruturas de governança nos níveis local, regional e internacional. Também demanda mecanismos para garantir que os mercados de natureza possam ser efetivamente influenciados por comunidades locais e povos indígenas, em um grau nunca antes visto nos mercados financeiros.

Principais intervenções que podem fazer os mercados de natureza funcionarem para as pessoas e para o planeta.

Existem vários pontos de intervenção necessários para moldar mercados equitativos e positivos para a natureza, incluindo muitos que foram destacados ao longo deste relatório e discutidos em maior profundidade nas diversas publicações técnicas divulgadas pela Força-Tarefa.

A partir dessas extensas descobertas, reunimos um pequeno número de recomendações de alto nível que consideramos centrais para o avanço de uma abordagem sistêmica ambiciosa, porém prática para uma economia global da natureza, adequada para o século 21.

Anexo 1

Recomendações para fazer os mercados de natureza funcionarem

1 Alinhar a arquitetura econômica e financeira a uma economia global da natureza que seja equitativa

Ação para alinhar a arquitetura econômica e financeira internacional com o imperativo de promover uma economia global da natureza que seja equitativa.

2 Alinhamento de políticas de bancos centrais e instituições reguladoras

Ação para ampliar os mandatos dos bancos centrais e instituições reguladoras para exigir que eles assegurem um alinhamento entre as ações dos atores financeiros, mercados e sistemas com os compromissos do governo e da política internacional para as agendas de natureza e clima.

3 Alinhar as finanças públicas com as necessidades de uma economia global e equitativa da natureza

Ação para alinhar a gestão financeira do setor público aos compromissos ambientais internacionais fixados pelo Marco Global de Kunming-Montreal para a Biodiversidade

7 Medidas convergentes sobre o estado da natureza

Ação para estabelecer uma abordagem comum para medir e tornar publicamente disponível o estado da natureza em qualquer lugar do planeta.

6 Endereçar os impactos perversos dos crimes contra a natureza

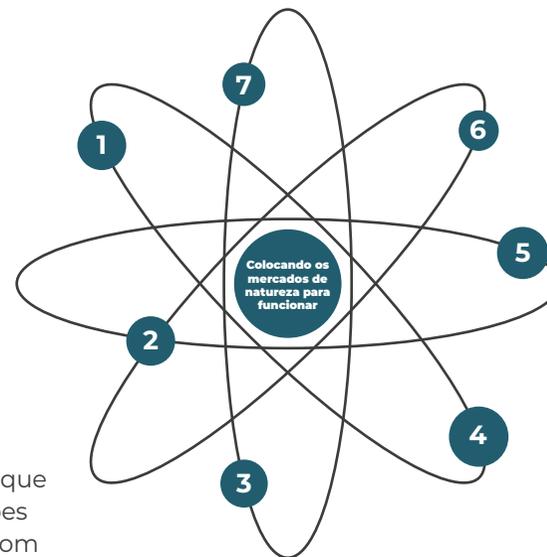
Ação para reduzir a frequência e o impacto dos crimes contra a natureza, estabelecendo uma exigência para que investidores e financiadores demonstrem que as cadeias de valor de seus financiamentos são livres de crimes contra a natureza.

5 Garantir melhores benefícios econômicos para os guardiões da natureza

Ação para formar um ou mais "clubes de vendedores" de natureza, compreendendo tanto nações soberanas ricas em natureza quanto grupos indígenas e comunidades locais, promovendo mercados de natureza de alta integridade com preços acordados ou se necessário, impostos.

4 Responsabilizar legalmente os mercados de commodities alimentares em relação às pessoas e o planeta

Promover o comércio global de alimentos – maior e mais impactante mercado de natureza do mundo – cobrando ações para maior responsabilidade dos mercados de commodities agrícolas frente as pessoas e o planeta.





Alinhar a arquitetura econômica e financeira a uma economia global da natureza que seja equitativa

Ação para alinhar a arquitetura econômica e financeira internacional com o imperativo de promover uma economia global da natureza que seja equitativa.

Transformar uma economia global, dependente do uso excessivo e não sustentável da natureza e fonte de desigualdades estruturais, exigirá mudanças profundas no conhecimento comum predominante, que hoje sustenta a arquitetura econômica e financeira. Serão necessárias mudanças em áreas-chave apontadas nas recomendações abaixo, como políticas e regulamentos financeiros e monetários, e também nas regras comerciais e de investimento.

É improvável que uma abordagem fragmentada seja eficaz em virtude de sua lentidão, por criar novos níveis de inconsistência e não ser preventiva, podendo ser facilmente obstruída diante de tensões e conflitos crescentes. É necessário um projeto mais sistemático e, em última análise, sistêmico, realizado de forma colaborativa nos níveis mais altos, incentivando ambição, liderança, confiança e maior coerência.

Tal abordagem avança melhor quando, sempre que possível, for feita por meio dos canais de cooperação internacional existentes. Isso deve incluir particularmente o G20, começando com a presidência do Brasil em 2024, dada a proeminência do país como uma grande economia da natureza e também ao seu compromisso público com a equidade e com o enfrentamento da emergência climática e da natureza. Paralelamente, a agenda também pode e deve avançar em fóruns correlatos e paralelos, incluindo o G7, as COPs do clima e da natureza, as Reuniões Anuais do FMI, a OMC/UNCTAD e as Cúpulas dos BRICS.

2

Alinhamento de políticas de bancos centrais e instituições reguladoras

Ação para ampliar os mandatos dos bancos centrais e instituições reguladoras para exigir que eles assegurem um alinhamento entre as ações dos atores financeiros, mercados e sistemas com os compromissos do governo e da política internacional para as agendas de natureza e clima.

Esforços para promover a incorporação de riscos relacionados à natureza nas decisões financeiras do setor privado e nas considerações de estabilidade devem ser incentivados por meio de iniciativas como o TNFD e o NGFS.

Essas abordagens, no entanto, não irão proporcionar, no tempo necessário, a mudança de rota rumo a resultados positivos para a natureza e com emissões líquidas zero de carbono. É necessária uma mudança em direção a um “alinhamento de políticas”. Em primeiro lugar, isso exige que aqueles que governam os mercados financeiros – bancos centrais e instituições reguladoras – tenham mandatos ampliados para conduzir os atores do mercado financeiro até a entrega e execução de planos cronometrados de transição de seus portfólios, alinhados a impactos bem definidos de carbono zero e positivos para a natureza.

Bancos centrais e instituições reguladoras alinhados politicamente são hoje mais comuns em países em desenvolvimento que não adotaram a prática, frequente hoje entre a maioria dos países da OCDE, de separar políticas substantivas (como metas climáticas e de natureza) de políticas e regulamentações financeiras. Assim, essa abordagem de alinhamento tem sido historicamente adotada pelas principais economias durante os períodos de emergência, ou “de guerra”, e não há dúvidas de que a combinação da crise natureza-clima justifique uma abordagem comparável.

3

Alinhar as finanças públicas com as necessidades de uma economia global e equitativa da natureza

Ação para alinhar a gestão financeira do setor público aos compromissos ambientais internacionais fixados pelo Marco Global de Kunming-Montreal para a Biodiversidade.

Juntamente ao foco nos fluxos financeiros privados, destacados na primeira recomendação, há a necessidade de garantir que as finanças públicas estejam alinhadas com os compromissos políticos para clima e natureza, levando em consideração tanto os gastos quanto a arrecadação de fundos por meio de impostos e empréstimos.

O orçamento fiscal verde sensível ao clima e à natureza é uma prática crescente que precisa ser incentivada por meio de ações nacionais e iniciativas internacionais, como o programa BIOFIN do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

Subsídios públicos perversos que incentivam a destruição da natureza, principalmente ligados ao uso de combustíveis fósseis e à agricultura intensiva, precisam ser encerrados, conforme destacado em vários fóruns e compromissos internacionais, incluindo o GBF.

O financiamento soberano, levantado por meio de mercados de capitais internacionais e, para muitos países em desenvolvimento, por meio de instituições financeiras de desenvolvimento, precisa ser sensibilizado para os riscos e resultados da natureza. Isso inclui, quando relevante, o uso de instrumentos de financiamento baseados no desempenho, como dívida soberana vinculada à sustentabilidade.

4

Responsabilizar legalmente os mercados de commodities alimentares em relação às pessoas e o planeta

Promover o comércio global de alimentos – maior e mais impactante mercado de natureza do mundo – cobrando ações para maior responsabilidade dos mercados de commodities agrícolas frente as pessoas e o planeta.

Como parte do alinhamento das finanças globais aos imperativos de equidade e impacto na natureza está a necessidade de tornar os mercados de soft commodities, que comercializam o suprimento básico de alimentos do mundo, mais adequados. Não há uma solução simples para que os mercados de commodities alimentares levem mais em conta seu impacto sobre as pessoas e o planeta, sobretudo em razão de interesses corporativos e soberanos que dão a eles margem para se manterem sem dar as devidas respostas às preocupações mais amplas acerca de sustentabilidade.

Inovações só avançaram nesse campo por meio de iniciativas chamadas de “commodities sustentáveis” e seu sucesso, se é que conseguiram, foi obtido contornando os principais mercados de soft commodities por meio de compras diretas. Tais práticas são, e provavelmente permanecerão, marginais a esses mercados de vários trilhões de dólares, cujas empresas dominantes permanecem extraordinariamente não transparentes e em grande parte indiferentes a essas mudanças, sérias e muito necessárias.

O ponto de partida deve ser um compromisso dos formuladores de políticas públicas e agentes reguladores para promover arranjos de governança que exijam, no mínimo, rastreabilidade total e maior transparência sobre os impactos. A próxima etapa exigiria que os principais traders de commodities emitissem planos públicos de transição para natureza positiva e zero carbono líquido, com mandatos aprimorados concedidos aos agentes reguladores relevantes para garantir a sua conformidade.

5

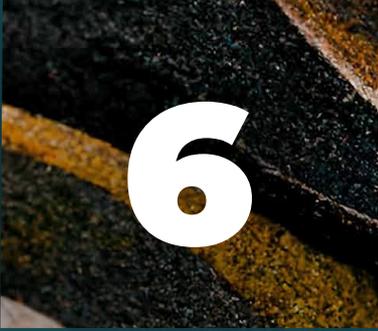
Garantir melhores benefícios econômicos para os guardiões da natureza

Ação para formar um ou mais "clubes de vendedores" de natureza, compreendendo tanto nações soberanas ricas em natureza quanto grupos indígenas e comunidades locais, promovendo mercados de natureza de alta integridade com preços acordados ou se necessário, impostos.

Reverter a histórica extração não sustentável de natureza, subestimada em países ricos em natureza e de povos indígenas e comunidades locais, por meio de coalizões de fornecedores que podem juntos estabelecer preços mais altos em troca de garantias de serviços ecossistêmicos/de natureza de alta integridade em termos de equidade e sustentabilidade. Já existem iniciativas desse tipo em várias formas, como a OPEP, e a recente tentativa da República Democrática do Congo de estabelecer um clube de vendedores de cobalto.

Uma abordagem possível seria dar início a esse clube com base nos desafios de financiamento existentes, como a necessidade urgente de estabelecer meios para financiar países, povos indígenas e comunidades locais para manter ecossistemas terrestres e marinhos intactos, principalmente mantendo florestas em pé, essenciais nos esforços coletivos de enfrentamento dos desafios climáticos.

Essa abordagem poderia estar ligada aos esforços atuais em desenvolver créditos de biodiversidade e mercados de crédito de carbono bio-reforçados, mais sofisticados e eficazes. Poderia se basear, por exemplo, no recém-lançado 'Roteiro Global para Aproveitar os Mercados de Crédito da Biodiversidade para as Pessoas e o Planeta', um manual para aproveitar os créditos de biodiversidade e esforços paralelos e conectados para desenvolver "pacotes de país" bilaterais e plurilaterais de financiamento da natureza. Esses esforços não serão bem-sucedidos se permanecerem puramente no nível dos Estados soberanos – os povos indígenas e as comunidades locais precisarão estar diretamente envolvidos, serem pares no projeto, na governança e na propriedade dos mercados de natureza, e daqui para frente receber sua parcela correta de benefícios.



6

Endereçar os impactos perversos dos crimes contra a natureza

Ação para reduzir a frequência e o impacto dos crimes contra a natureza, estabelecendo uma exigência para que investidores e financiadores demonstrem que as cadeias de valor de seus financiamentos são livres de crimes contra a natureza.

Os crimes contra a natureza são, sem dúvida, uma das maiores causas da destruição da natureza e dos abusos relacionados aos direitos humanos e sociais. Muitos esforços estão em andamento para lidar com essa atividade criminosa por meio do uso de vários atores e canais, mas o problema permanece crônico em muitas paisagens naturais, terrestres e marítimas.

Grande parte dos crimes contra a natureza está ligada à contaminação por insumos ilegais dos mercados de natureza legais. Exemplos incluem ouro e madeira ilegais ou commodities agrícolas permeadas por atividades ilegais, como desmatamento e trabalho escravo. Um número crescente de atores progressistas dentro do agronegócio entende a necessidade, valor e importância da rastreabilidade, transparência e da cadeia de valor livre de desmatamento e de trabalho escravo para todas as commodities. Os extraordinários desafios envolvidos na abordagem dessa questão, no entanto, demonstram como o sistema agroalimentar legal ainda é seriamente afetado por produtos oriundos de crimes contra a natureza. Esses produtos, por sua vez, são financiados em grande parte por investidores totalmente legais, muitas vezes pelas mais prestigiadas instituições comerciais e financeiras do mundo.

Embora ninguém esteja intencionalmente procurando financiar o crime contra a natureza, medidas adequadas ainda não estão sendo tomadas em nível sistêmico para garantir que as cadeias de suprimentos e os portfólios de investimento estejam livres de frutos do crime contra a natureza. Da mesma forma, combater a ilegalidade – muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência para os mais pobres e vulneráveis – requer não apenas divulgações do mercado financeiro, mas também políticas econômicas reais. Isso poderia ser recompensado pela preservação da natureza, inclusive por meio de mecanismos de mercado e outras fontes de apoio aos meios de subsistência, em combinação com a aplicação da lei para essas redes criminosas altamente organizadas.

Na ausência disso e em uma situação tão profundamente enraizada e extensa, os investidores estão de forma efetiva se beneficiando financeiramente de serviços ecossistêmicos subestimados, associados aos crimes contra a natureza, com as populações de países ricos em natureza muitas vezes arcando com o peso desses custos.

Existe uma grande oportunidade para reduzir significativamente o nível de crimes contra a natureza que ainda permanece inexplorada: exigir que os investidores legais demonstrem que as cadeias de valor de seus financiamentos são livres de crimes contra a natureza e incorram em penalidades caso contrário. Essa conduta poderia ser incorporada aos arranjos institucionais existentes que regem a lavagem de dinheiro – ampliando e acelerando a liderança já demonstrada pelo Grupo de Ação Financeira (GAFI). Alternativamente, essa mudança poderia ser promovida por meio de uma abordagem do tipo “diamante de conflito”, incorporada em acordos nacionais ou supranacionais específicos e regras de governança corporativa, potencialmente coordenadas pelo G20 ou outras plataformas. Os esforços feitos para impedir que o ouro ilegal entre no mercado de joias ou nas reservas bancárias como uma classe de ativos é outro bom exemplo de como o setor financeiro pode endereçar os crimes contra a natureza em sua cadeia de valor.

Além disso, é fundamental envolver consumidores e cidadãos em geral para exigir cadeias de valor livres de crimes contra a natureza e usar seu poder de compra, bem como o direito de voto, para ajudar a conter o crime ambiental.

7

Medidas convergentes sobre o estado da natureza

Ação para estabelecer uma abordagem comum para medir e tornar publicamente disponível o estado da natureza em qualquer lugar do planeta.

A crescente disponibilidade de biodados por meio de vários mecanismos e fontes está melhorando nossa compreensão da dinâmica natureza-economia e do nexso natureza-clima. Há muito sendo feito para encorajar ou exigir que a comunidade empresarial faça uso dessas informações para avaliar e relatar dependências, riscos (bem como oportunidades) e impactos sobre a natureza.

Um acordo sobre os fundamentos da mensuração do estado geral da natureza, no entanto, permanece indefinido. Isso ocorre apesar de décadas de trabalho no desenvolvimento de métodos de contabilidade de capital natural e, mais recentemente, de abordagens inovadoras para fornecer medidas compostas de integridade da biodiversidade que levam em consideração sua complexidade e elementos heterogêneos. Temos que chegar a uma base comum para medir o estado do estoque atual da natureza. O risco de usar, por exemplo, medidas parciais, olhando exclusivamente para água, solo ou qualidade do ar, de forma isolada, provavelmente vai confundir, distorcer e, em última análise, prejudicar as tentativas de garantir que os mercados precifiquem, usem e impactem a natureza de maneira sustentável.

Além de uma abordagem robusta e convergente, é necessário garantir que esses dados fundamentais estejam disponíveis publicamente, e não atrás de paywalls que institucionalizam as assimetrias de informação, aumentando a chance de greenwashing e uma falta de responsabilização ainda maior do mercado e dos atores estatais. É fundamental uma base institucional robusta e sustentável em grande escala para que esses dados sejam disponibilizados gratuitamente e com fácil acesso, talvez com base em experiências anteriores no projeto e desenvolvimento de plataformas de dados públicos e de código aberto.

7

**FAZENDO
ACONTECER**





FAZENDO ACONTECER

A chave é superar nossa “dissonância cognitiva coletiva”.

Mudar o rumo da economia global para que ela seja sustentável e ecológica é uma tarefa repleta de desafios e riscos. Junto à urgência de enfrentar os desafios climáticos, há também uma "dissonância cognitiva coletiva" que restringe nossa vontade de agir com ambição diante da magnitude do que precisa ser feito, combinada ainda ao imediatismo de crises existentes e multifacetadas.

À medida que a extensão da dupla crise do clima e da natureza se torna mais evidente, há um perigo perverso de que essa restrição autoimposta para agir de forma limitada versus ambiciosa se torne cada vez mais forte.

Superar esse impulso comportamental coletivo para agir de forma limitada frente a dupla crise de clima e natureza – em vez de ambiciosa e decisivamente – é o maior desafio de nosso tempo.

Nossas recomendações são revolucionárias, já em andamento e absolutamente alcançáveis.

Nossas sete recomendações principais, individualmente e em conjunto, fariam uma diferença significativa na maneira como a natureza é integrada, precificada e comercializada em mercados individuais e na economia global. Poderiam propiciar uma enorme contribuição aos esforços para lidar com a mudança climática e impulsionar a equidade em muitas partes da economia global.

Crucialmente, cada uma dessas recomendações se baseia no que já está acontecendo.

Destacamos algumas dessas mudanças emergentes que podemos e devemos aproveitar. Desde as primeiras considerações sobre clima e questões mais amplas de sustentabilidade pelos bancos centrais e reguladores financeiros até oportunidades para o funcionamento dos mercados de soft commodities e a convergência em abordagens para medir a natureza.

Não há, em suma, nada nas recomendações que não seja prático e possível de ser implementado.

Observar e relatar avanços é fundamental na dinâmica da mudança sistêmica.

Embora nossas recomendações sejam práticas e factíveis, a tendência do sistema é se mover lentamente, evitar conflitos e rebaixar as ambições. O maior risco é aqueles que devem e podem agir acabarem se concentrando em garantir o sucesso de resultados de curto prazo, ao invés de se arriscarem e buscarem transformações sistêmicas fundamentais.

Monitoramento, mensuração e relatórios públicos contínuos sobre o progresso que está sendo feito podem fazer diferença – mercado por mercado, lugar por lugar – destacando os papéis de diferentes atores para tornar essa transição possível ou não.

Embora haja muitos atores realizando importantes contribuições na observação e nos comentários acerca do tema, é fundamental a existência de um “observatório”, que possa consolidar periodicamente uma visão geral do progresso em relação às necessidades crescentes. Dada a primeira recomendação para elevar a agenda ao nível do G20, um bom ponto de partida seria estabelecer um “scorecard da economia da natureza” dos países membros do grupo.

Contribuir para a mudança, mas não como a última palavra.

A Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza foi criada para promover o potencial e mitigar os riscos dos crescentes mercados de natureza, com o objetivo de estimular seu desenvolvimento em busca de resultados mais equitativos e positivos para a natureza.

A contribuição pretendida para um mandato tão ambicioso deve ser entendida em um contexto amplo, onde diversos atores buscam avançar em aspectos da mesma agenda, incluindo aqueles focados em mercados, jurisdições e instrumentos de governança específicos, e outros que já trabalham em aspectos mais sistêmicos relacionados a elementos da natureza ou do clima. As recomendações precisam ser compreendidas e postas em prática neste contexto amplo.

O pensamento e a prática em torno dos mercados de natureza, da economia da natureza e do nexa natureza-financeiras estão evoluindo rapidamente. Novos pensamentos e novos caminhos e abordagens continuarão a surgir e precisam ser adotados.

Dito isso, esperamos que nossas recomendações ajudem a formar os pilares centrais de qualquer tentativa séria de direcionar a economia global para uma que seja mais equitativa e sustentável no uso e no investimento na natureza.

Bibliografía seleccionada

Brookings Institution.

(2020). Are natural resources a curse, a blessing, or a double-edged sword? Disponible em: <https://www.brookings.edu/articles/are-natural-resources-a-curse-a-blessing-or-a-double-edged-sword/>

Council on Economic Policies (CEP).

(2021) Governing Finance for Sustainable Prosperity. Disponible em: <https://www.cepweb.org/governing-finance-for-sustainable-prosperity/>

Center for Global Development (CGD).

(2015). Paying Tropical Forest Countries to Keep Trees Standing: A No-Brainer for Addressing Climate Change. Disponible em: <https://www.cgdev.org/blog/paying-tropical-forest-countries-keep-trees-standing-no-brainer>

Economist.

(2023). Who Is Keeping Coal Alive? Disponible em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2023/06/04/who-is-keeping-coal-alive>

Environmental Finance.

(2023). Biodiversity Fund Assets Triple in 2022 to Nearly USD1bn. Disponible em: [https://www.environmental-finance.com/content/analysis/biodiversity-fund-assets-triple-in-2022-to-nearly-\\$1bn.html](https://www.environmental-finance.com/content/analysis/biodiversity-fund-assets-triple-in-2022-to-nearly-$1bn.html)

Financial Action Task Force (FATF).

(2021). FATF High-Level Conference on Environmental Crime. <https://www.fatf-gafi.org/content/fatf-gafi/en/publications/Fatfgeneral/Environmental-crime-conference-dec-2021.html>

(2021). Money Laundering from Environmental Crime. Disponible em: <https://www.fatf-gafi.org/en/publications/Environmentalcrime/Money-laundering-from-environmental-crime.html>

Finance for Biodiversity (FfB).

Signatories. Disponible em: <https://www.financeforbiodiversity.org>

Financial Times.

(2023). ECB Flags Stark Economic Risks from Biodiversity Loss. Disponible em: <https://www.ft.com/content/d83602d0-1296-4928-b58a-21cf2a6d2a0f>

French Ministry for Europe and Foreign Affairs (MEAE).

(2023). International Seabed Authority Council: France calls for expanding the coalition. Disponible em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/climate-and-environment/news/article/international-sea-bed-authority-council-france-calls-for-expanding-the-coalition>

G20 Sustainable Finance Working Group (G20SFWG).

(2023). SFWG Presidency and Co-Chairs Note on Agenda Priorities. Disponible em: <https://g20sfgw.org/wp-content/uploads/2023/03/SFWG-Presidency-and-Co-Chairs-Note-on-Agenda-Priorities.pdf>

Global Commission on the Economics Water (GCEW).

(2023) Turning the Tide: A Call to Collective Action. Disponible em: <https://turningthetide.watercommission.org>

Global Canopy.

(2021). France's Article 29: Biodiversity Disclosure Requirements. Disponible em: <https://globalcanopy.org/insights/insight/frances-article-29-biodiversity-disclosure-requirements-sign-of-whats-to-come/>

Global Environment Facility (GEF).

(2023). Innovative Finance for Nature and People: Opportunities and Challenges for Biodiversity-Positive Carbon Credits and Nature Certificates. Disponible em: <https://www.thegef.org/newsroom/publications/innovative-finance-nature-and-people>

Global Environmental Change.

(2022). Imperialist Appropriation in The World Economy: Drain from The Global South Through Unequal Exchange, 1990–2015. Disponible em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S095937802200005X>

(2014). Changes in the Global Value of Ecosystem Services. Disponible em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959378014000685?via%3Dihub>.

Global Initiative Against Transnational Organized Crime (GI-TOC).

(2022). Organized Crime in Green Minerals. COP 27 & Climate Change. Disponible em: <https://globalinitiative.net/analysis/organized-crime-green-minerals-cop-27-climate-change/>

Global Observatory.

(2022). The Benefits, Challenges, and Limitations of Criminalizing Ecocide. Disponible em: <https://theglobalobservatory.org/2022/03/the-benefits-challenges-and-limitations-of-criminalizing-ecocide>

Goldman Sachs.

(2023). Biodiversity Recommended Disclosure Metrics. Disponible em: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/pages/gs-research/biodiversity-recommended-disclosure-metrics/report.pdf>

(2022). Assessing the Financial Links to Natural Capital. Disponible em: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/pages/gs-research/assessing-the-financial-links-to-natural-capital/report.pdf>

Government of Brazil.

(2022). Brazil, Indonesia, and Congo formed an alliance to protect rainforests. Disponible em: <https://www.gov.br/en/government-of-brazil/latest-news/brazil-indonesia-and-congo-formed-an-alliance-to-protect-rainforests>

Government of the United Kingdom.

(2023). Nature Markets: A framework for scaling up private investment in nature recovery and sustainable farming. Disponible em: assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/1147397/nature-markets.pdf

https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/1147397/nature-markets.pdf

(2021). The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review. Disponible em: <https://www.gov.uk/government/publications/final-report-the-economics-of-biodiversity-the-dasgupta-review>

(2021). Executive Summary of the GRI Taskforce. Disponible em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/962785/The_Economics_of_Biodiversity_The_Dasgupta_Review_Full_Report.pdf

Government of the United States of America.

Banking Act of 1935. Disponible em: <https://www.federalreservehistory.org/essays/banking-act-of-1935>

Guardian.

(2023). EU Flagship Nature Laws in Jeopardy after Voting Stalemate. Disponible em: <https://www.theguardian.com/world/2023/jun/27/eu-flagship-nature-laws-in-jeopardy-after-voting-stalemate>

(2023). Revealed: Forest carbon offsets' biggest provider worth less than zero. Disponible em: <https://www.theguardian.com/environment/2023/jan/18/revealed-forest-carbon-offsets-biggest-provider-worthless-verra-aoe>

(2021). Climate crisis: Fossil fuels have to stay in the ground, says study. Disponible em: <https://www.theguardian.com/environment/2021/sep/08/climate-crisis-fossil-fuels-ground>

Grist.

(2013). None of the World's Top Industries Would be Profitable if they Paid for the Natural Capital They Use. Disponible em: <https://grist.org/business-technology/none-of-the-worlds-top-industries-would-be-profitable-if-they-paid-for-the-natural-capital-they-use/>

International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation.

International Sustainability Standards Board. Disponível em:
<https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>

Igarapé Institute.

(2021). Illegal Gold That Undermines Forests and Lives in the Amazon: An Overview of Irregular Mining and its Impacts on Indigenous Populations. Disponível em:
<https://igarape.org.br/en/illegal-gold-that-undermines-forests-and-lives-in-the-amazon-an-overview-of-irregular-mining-and-its-impacts-on-indigenous-populations/>

International Institute for Sustainable Development (IISD).

(2018) Green Conflict Minerals: Fuels of Conflict or Transition to a Low-Carbon Economy? Disponível em:
www.iisd.org/publications/report/green-conflict-minerals-fuels-conflict-transition-low-carbon-economy

Inside EU Life Sciences.

(2022). Outcome from COP 15: A new global fund paid for by life sciences companies that use digital sequence information on genetic resources. Disponível em:
www.insideeulifesciences.com/2022/12/23/outcome-from-cop-15-a-new-global-fund-paid-for-by-life-science-s-companies-that-use-digital-sequence-information-on-genetic-resources/

Inspire Green Finance.

(2022). Central Banking and Supervision in the Biosphere. Disponível em:
<https://www.inspiregreenfinance.org/publications/central-banking-and-supervision-in-the-biosphere/>

Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES).

(2022). Values Assessment Published. IPBES Media Release. Disponível em:
https://www.ipbes.net/media_release/Values_Assessment_Published

International Union for Conservation of Nature (IUCN).

(2023). IUCN Director General's open letter to ISA Members on deep-sea mining. Disponível em:
<https://www.iucn.org/dg-statement/202303/iucn-director-generals-open-letter-isa-members-deep-sea-mining>

Larissa Rodrigues, Instituto Escolhas.

(2021). Brazil exports illegal gold. Disponível em: <https://shorturl.at/aeuvD>

Mongabay.

(2022). The planet has lost 83% of its freshwater aquatic life in 50 years, finds report. Disponível em:
<https://india.mongabay.com/2022/10/the-planet-has-lost-83-of-its-freshwater-aquatic-life-in-50-years-finds-report/>

Ministry of Economy, Trade and Industry (METI).

(2021). Annex 001a: G7 Hiroshima Energy Transition, Renewable Energy and Energy Access for All. Disponível em: <https://www.meti.go.jp/information/g7hirosima/energy/Annex001a.pdf>

Natural Capital Coalition.

(2016). Natural Capital at Risk: The Top 100 Externalities of Business. Disponível em:
<https://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/08/Trucost-Nat-Cap-at-Risk-Final-Report-web.pdf>

Nature.

(2023). Loss and damage finance should apply to biodiversity loss. Disponível em:
<https://www.nature.com/articles/s41559-023-02088-8>

(2022). Tropical forests have big climate benefits beyond carbon storage. Disponível em:
<https://www.nature.com/articles/d41586-022-00934-6>

(2021). Momentum on valuing ecosystems is unstoppable. Disponível em:
<https://www.nature.com/articles/d41586-021-00616-9.pdf>

(2017). Unexpectedly Large Impact of Forest Management and Grazing on Global Vegetation Biomass. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature25138>

Nature Conservancy (TNC).

(2016). Water Share: Using water markets and impact investment to drive sustainability. Disponible em: <https://www.nature.org/content/dam/tnc/nature/en/documents/WaterShareReport.pdf>

NatureFinance and Carbone4.

(2023). Harnessing Biodiversity Credits for People and Planet: A Roadmap, NatureFinance. Disponible em: <https://www.naturemarkets.net/publications/harnessing-biodiversity-credits-for-people-and-planet>

NatureFinance.

(2023). More for Less: Scaling Sustainability-Linked Sovereign Debt. Disponible em: <https://www.naturefinance.net/resources-tools/more-for-less-scaling-sustainability-linked-sovereign-debt/>

(2022). Breaking the Environmental Crimes Finance Connection. Disponible em: <https://www.naturefinance.net/resources-tools/breaking-the-environmental-crimes-finance-connection/>

(2022) Finance, Nature, and Food Systems. Disponible em: <https://www.naturefinance.net/resources-tools/finance-nature-and-food-systems-2/>

(2022). Governing Carbon Markets. Disponible em: <https://www.naturefinance.net/resources-tools/governing-carbon-markets/>

(2022). Nature Loss and Sovereign Credit Ratings. Disponible em: <https://www.naturefinance.net/resources-tools/nature-loss-and-sovereign-credit-ratings/>

(2020) Aligning Global Finance with Nature's Needs: A Framework for Systemic Change. Disponible em: <https://www.naturefinance.net/resources-tools/aligning-global-finance-with-natures-needs-a-framework-for-systemic-change/>

Network for Greening the Financial System (NGFS).

(2022). Coalition of Finance Ministers for Climate Action. Disponible em: https://www.ngfs.net/sites/default/files/coalition-ngfs-blog_final.pdf

New Security Beat.

(2022). Water Mafia Governance in Karachi. Disponible em: <https://www.newsecuritybeat.org/2022/02/water-mafia-governance-karachi/>

New York Times.

(2019). Dutch Court Orders Government to Take Tougher Climate Action. Disponible em: <https://www.nytimes.com/2019/12/20/climate/netherlands-climate-lawsuit.html>

World Counts.

Environmental Degradation Facts. Disponible em: <https://www.theworldcounts.com/stories/environmental-degradation-facts>

Paulson Institute.

(2019). Financing Nature: Closing the Global Biodiversity Financing Gap. Disponible em: <https://www.paulsoninstitute.org/conservation/financing-nature-report/>

Phys.org.

(2023). Deep Sea Mining Permits May Be Coming Soon. What Are They and What Might Happen? Disponible em: <https://phys.org/news/2023-07-deep-sea.html>

Public Eye.

(2023). War and Crises: Commodity Traders Making Record Profits. Disponible em: <https://www.publiceye.ch/en/topics/soft-commodity-trading/war-and-crises-and-commodity-traders-are-making-record-profits>

Reuters.

(2023) Zimbabwe to Regulate Carbon Credit Market to Curb Greenwashing. Disponible em: <https://www.reuters.com/world/africa/zimbabwe-regulate-carbon-credit-market-curb-greenwashing-2023-05-23/>

Rights and Resources Initiative (RRI).

(2022). Carbon Markets Could Protect Nature and the Planet, But Only if the Rights of Those Who Live There Are Recognized Too. Disponible em:

<https://rightsandresources.org/blog/carbon-markets-could-protect-nature-and-the-planet-but-only-if-the-rights-of-those-who-live-there-are-recognized-too/>

Stop Ecocide International.

(2021). Legal Definition. Disponible em: <https://www.stopecocide.earth/legal-definition>

Taskforce on Nature Markets and IIED, Forthcoming.

Taskforce on Nature Markets and Igarapé Institute.

(2022). Soft Commodities Scoping Paper. Disponible em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/soft-commodities-scoping-paper>

Taskforce on Nature Markets and Pollination.

(2023). Biodiversity Credit Markets: The role of law, regulation and policy. Disponible em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/biodiversity-credit-markets>

Taskforce on Nature Markets and TRAFFIC.

(2023). Legal and sustainable wild species trade: Learnings and implications for nature market governance.

Disponible em: <https://www.naturefinance.net/resources-tools/legal-and-sustainable-wild-species-trade/>

Taskforce on Nature Markets.

(2023). The Future of Biodiversity Credit Markets. Disponible em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/the-future-of-biodiversity-credit-markets>

(2022). The Rights of Nature: Developments and Implications for the Governance of Nature Markets.

Disponible em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/the-rights-of-nature-developments-and-implications-for-the-governance-of-nature-markets>

(2022). Embedding Equity in Nascent Nature Credit Markets: Key Considerations. Disponible em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/embedding-equity-in-nascent-nature-credit-markets-key-considerations>

(2022). Global Nature Markets Landscaping Study. Disponible em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/global-nature-markets-landscaping-study>

(2022). Nature in an Era of Crises. Disponible em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/nature-in-an-era-of-crises>

(2022). The Future of Nature Markets. Disponible em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/the-future-of-nature-markets>

Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD).

(2021). G7 Backs New Taskforce on Nature-related Financial Disclosures. Disponible em:

<https://tnfd.global/news/g7-backs-new-taskforce-on-nature-related-financial-disclosures/>

Third World Network (TWN).

(2022). Developing Countries Criticize EU's Deforestation Regulation At WTO. Disponible em:

<https://www.twn.my/title2/wto.info/2022/ti221113.htm>

Trucost.

(2013). Natural Capital at Risk: The Top 100 Externalities of Business. Disponible em:

<https://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/08/Trucost-Nat-Cap-at-Risk-Final-Report-web.pdf>

UN Climate Change.

Climate Issues: Ocean. Disponible em: <https://www.un.org/en/climatechange/science/climate-issues/ocean>

United Nations Environment Programme Finance Initiative (UNEP FI).

(2022). 150 financial institutions, managing more than \$24 trillion, call on world leaders to adopt ambitious Global Biodiversity Framework at COP15. Disponible em:

<https://www.unepfi.org/themes/ecosystems/cop15statement/>

Universitat Autònoma de Barcelona (UAB).

Advanced Countries' Wealth Depends on the Appropriation of Resources and Labour from the Global South. Disponible em:

<https://www.uab.cat/web/newsroom/news-detail/advanced-countries-wealth-depends-on-the-appropriation-of-resources-and-labour-from-the-global-south-1345830290613.html?detid=1345857040508>

Valor International.

(2022). New EU Rules Against Deforestation Reach 80% of Brazil's Agricultural Exports. Disponible em:

<https://valorinternational.globo.com/agribusiness/news/2022/09/14/eu-new-rules-against-deforestation-reach-80percent-of-brazils-agricultural-exports.ghtml>

World Economic Forum (WEF).

(2022). High-level Governance and Integrity Principles for Emerging Voluntary Biodiversity Credit Markets'. Disponible em:

https://www3.weforum.org/docs/WEF_Biodiversity_Credits_Markets_Integrity_and_Governance_Principles_Consultation.pdf

(2022). Biodiversity Credits: Nature's Big Opportunity. Disponible em:

<https://www.weforum.org/agenda/2022/12/biodiversity-credits-nature-cop15/>

World Bank Blogs.

(2021). A Global Earth Economy Model to Assess Development Policy Pathways. Disponible em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/445311625065610639/pdf/A-Global-Earth-Economy-Model-to-Assess-Development-Policy-Pathways.pdf>

(2019). Do the Costs of the Global Food System Outweigh Its Monetary Value? Disponible em:

<https://blogs.worldbank.org/voices/do-costs-global-food-system-outweigh-its-monetary-value>

(2019). Illegal Logging, Fishing, and Wildlife Trade: The Costs and How to Combat it.

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32806>

World Food Programme (WFP).

(2023). Global Hunger Crisis. Disponible em: <https://www.wfp.org/global-hunger-crisis>

World Health Organization (WHO).

(2020). Fighting COVID-19 Could Cost 500 Times as Much as Pandemic Prevention Measures. Disponible em:

<https://extranet.who.int/sph/fighting-covid-19-could-cost-500-times-much-pandemic-prevention-measures>

World Wildlife Fund (WWF).

(2016). Living Planet Index. Disponible em:

www.panda.org/discover/knowledge_hub/all_publications/living_planet_index2

Zadek, Simon.

(2023). Carbon Offset Markets Scandal: Need to Strengthen Integrity. Project Syndicate. Disponible em:

<https://www.project-syndicate.org/commentary/carbon-offset-markets-scandal-need-to-strengthen-integrity-by-simon-zadek-2023-03>

Notas finais

- ¹ Taskforce on Nature Markets. About. Disponível em: naturemarkets.net/about
- ² Taskforce on Nature Markets. Members. Disponível em: naturemarkets.net/members
- ³ Taskforce on Nature Markets. Knowledge Partners. Disponível em: naturemarkets.net/knowledge-partners
- ⁴ Taskforce on Nature Markets. Taskforce Secretariat. Disponível em: naturemarkets.net/taskforce-secretariat
- ⁵ Taskforce on Nature Markets. Publications. Disponível em: naturemarkets.net/publications
- ⁶ NatureFinance. Resources & Tools. Disponível em: naturefinance.net/resources-tools
- ⁷ Taskforce on Nature Markets. (2022). The Future of Nature Markets. Disponível em: naturemarkets.net/publications/the-future-of-nature-markets
- ⁸ Taskforce on Nature Markets. (2022). Nature in an Era of Crises. Disponível em: naturemarkets.net/publications/nature-in-an-era-of-crises
- ⁹ Taskforce on Nature Markets. (2022). Global Nature Markets Landscaping Study. Disponível em: naturemarkets.net/publications/global-nature-markets-landscaping-study
- ¹⁰ Taskforce on Nature Markets and Igarapé Institute. (2022). Soft Commodities Scoping Paper. Disponível em: <https://www.naturemarkets.net/publications/soft-commodities-scoping-paper>
- ¹¹ Taskforce on Nature Markets. (2022). The Future of Biodiversity Credit Markets. Disponível em: naturemarkets.net/publications/the-future-of-biodiversity-credit-markets; Taskforce on Nature Markets. (2022). Embedding Equity in Nascent Nature Credit Markets: Key Considerations. Disponível em: naturemarkets.net/publications/embedding-equity-in-nascent-nature-credit-markets-key-considerations
- ¹² Taskforce on Nature Markets. Biodiversity Credit Markets. Disponível em: naturemarkets.net/publications/biodiversity-credit-markets
- ¹³ Taskforce on Nature Markets. The Rights of Nature: Developments and Implications for the Governance of Nature Markets. Disponível em: naturemarkets.net/publications/the-rights-of-nature-developments-and-implications-for-the-governance-of-nature-markets
- ¹⁴ Simon Zadek. (2023). Geopolitical Division's Effect on Nature and Climate Action by Simon Zadek. Project Syndicate. Disponível em: project-syndicate.org/commentary/geopolitical-division-effect-on-nature-and-climate-action-by-simon-zadek-2023-06
- ¹⁵ Trucost. (2013). Natural Capital at Risk: The Top 100 Externalities of Business. Disponível em: <https://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/Trucost-Nat-Cap-at-Risk-Final-Report-web.pdf>
- ¹⁶ World Bank Blogs. (2019). Do the Costs of the Global Food System Outweigh Its Monetary Value? Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/voices/do-costs-global-food-system-outweigh-its-monetary-value>
- ¹⁷ Grist. (2013). None of the World's Top Industries Would be Profitable if they Paid for the Natural Capital They Use. Disponível em: <https://grist.org/business-technology/none-of-the-worlds-top-industries-would-be-profitable-if-they-paid-for-the-natural-capital-they-use/>
- ¹⁸ Government of the United Kingdom. (2021). The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/962785/The_Economics_of_Biodiversity_The_Dasgupta_Review_Full_Report.pdf
- ¹⁹ Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES). (2022). Values Assessment Published. IPBES Media Release. Disponível em: https://www.ipbes.net/media_release/Values_Assessment_Published
- ²⁰ The World Counts. Environmental Degradation Facts. Disponível em: <https://www.theworldcounts.com/stories/environmental-degradation-facts>
- ²¹ The World Counts. Plastic Waster Facts. <https://www.theworldcounts.com/stories/environmental-degradation-facts>.
- ²² The World Counts. Plastic Waster Facts. <https://www.theworldcounts.com/stories/environmental-degradation-facts>.

- ²³ Natural Capital Coalition. (2016). Natural Capital at Risk: The Top 100 Externalities of Business. Disponível em: <https://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/Trucost-Nat-Cap-at-Risk-Final-Report-web.pdf>
- ²⁴ Natural Capital Coalition. (2016). Natural Capital at Risk: The Top 100 Externalities of Business. Disponível em: <https://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/Trucost-Nat-Cap-at-Risk-Final-Report-web.pdf>
- ²⁵ Recognising that the 'global north' includes the wealthy, elite parts of so-called developing countries and the 'global south' includes poor and disadvantaged parts of developed countries.
- ²⁶ Jason Hickel, Dylan Sullivan and Huzaifa Zoomkawala. (2021). Plunder in the Post-Colonial Era: Quantifying Drain from the Global South Through Unequal Exchange, 1960–2018. Retrieved from: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563467.2021.1899153?journalCode=cnpe20&journalCode=cnpe20>
- ²⁷ Universitat Autònoma de Barcelona. Advanced Countries' Wealth Depends on the Appropriation of Resources and Labour from the Global South. Disponível em: <https://www.uab.cat/web/newsroom/news-detail/advanced-countries-wealth-depends-on-the-appropriation-of-resources-and-labour-from-the-global-south-1345830290613.html?detid=1345857040508>
- ²⁸ The New York Times. (2019). Dutch Court Orders Government to Take Tougher Climate Action. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/12/20/climate/netherlands-climate-lawsuit.html>
- ²⁹ The Guardian. (2023). EU Flagship Nature Laws in Jeopardy after Voting Stalemate. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/jun/27/eu-flagship-nature-laws-in-jeopardy-after-voting-stalemate>
- ³⁰ Valor International. (2022). New EU Rules Against Deforestation Reach 80% of Brazil's Agricultural Exports. Disponível em: <https://valorinternational.globo.com/agribusiness/news/2022/09/14/eu-new-rules-against-deforestation-reach-80percent-of-brazils-agricultural-exports.ghtml>
- ³¹ NatureFinance and UNEP-WCMC. (2022). Climate Nature Nexus: An Investor Guide. Disponível em: naturefinance.net
- ³² World Food Programme. (2023). Global Hunger Crisis. Disponível em: [wfp.org](https://www.wfp.org)
- ³³ World Health Organization. (2020). Fighting COVID-19 Could Cost 500 Times as Much as Pandemic Prevention Measures. Disponível em: <https://extranet.who.int/sph/fighting-covid-19-could-cost-500-times-much-pandemic-prevention-measures>
- ³⁴ Global Initiative Against Transnational Organized Crime. (2022). Organized Crime in Green Minerals: COP 27 and Climate Change. Disponível em: globalinitiative.net/analysis/organized-crime-green-minerals-cop-27-climate-change/
- IISD. (2018) Green Conflict Minerals: Fuels of Conflict or Transition to a Low-Carbon Economy? Disponível em: www.iisd.org/publications/report/green-conflict-minerals-fuels-conflict-transition-low-carbon-economy
- ³⁵ Nature. (2021). Financing the Energy Transition in Emerging Economies. Disponível em: [nature.com](https://www.nature.com)
- ³⁶ NatureFinance. (2022). Finance, Nature, and Food Systems. Disponível em: naturefinance.net
- ³⁷ NatureFinance. (2023) Biodiversity Credit Markets. Disponível em: naturefinance.net
- ³⁸ Nature. Comment, Heavy reliance on private finance alone will not deliver conservation goals. Disponível em: [nature.com](https://www.nature.com)
- ³⁹ The Guardian. (2023,). Revealed: Forest Carbon Offsets' Biggest Provider Worthless. Disponível em: www.theguardian.com/environment/2023/jan/18/revealed-forest-carbon-offsets-biggest-provider-worthless-verra-aoe
- ⁴⁰ IUCN. (2023). IUCN Director General's open letter to ISA Members on deep-sea mining. Disponível em: <https://www.iucn.org/dg-statement/202303/iucn-director-generals-open-letter-isa-members-deep-sea-mining>
- ⁴¹ Guardian. (2021). Climate crisis: Fossil fuels have to stay in the ground, says study. Disponível em: www.theguardian.com/environment/2021/sep/08/climate-crisis-fossil-fuels-ground
- ⁴² NatureFinance. (2022). Finance, Nature, and Food Systems. Disponível em: naturefinance.net
- ⁴³ NatureFinance. (2022). Nature Loss and Sovereign Credit Ratings. Disponível em: naturefinance.net
- ⁴⁴ Third World Network. (2022). Global South Concerned about New Environmental Goods Agreement Proposal. Disponível em: <https://www.twn.my/title2/wto.info/2022/ti221113.htm>

⁴⁵ High Ambition Coalition for Nature and People: <https://www.hacornatureandpeople.org/home>

⁴⁶ Leaf Coalition: <https://leafcoalition.org/>

⁴⁷ Government of Brazil. (2022). Brazil, Indonesia, and Congo formed an alliance to protect rainforests. Disponível em: www.gov.br/en/government-of-brazil/latest-news/brazil-indonesia-and-congo-formed-an-alliance-to-protect-rainforests

⁴⁸ Inside EU Life Sciences. (2022). Outcome from COP-15: A New Global Fund Paid for by Life Sciences Companies that Use Digital Sequence Information on Genetic Resources. Disponível em: insideeulifesciences.com

⁴⁹ G20 Science, Technology, and Innovation Sherpas and Working Group. (2023). SFWG Presidency and Co-Chairs' Note on Agenda Priorities. Disponível em: g20sfgw.org/wp-content/uploads/2023/03/SFWG-Presidency-and-Co-Chairs-Note-on-Agenda-Priorities.pdf

⁵⁰ Ministry of Economy, Trade and Industry (METI). Annex 001a: G7 Hiroshima Energy Transition, Renewable Energy and Energy Access for All. Disponível em: meti.go.jp

⁵¹ Taskforce on Nature Markets. (2023). The Future of Biodiversity Credit Markets. Disponível em: <https://www.naturemarkets.net/publications/the-future-of-biodiversity-credit-markets>

⁵² Taskforce on Nature Markets. (2023). The Future of Biodiversity Credit Markets. Disponível em: <https://www.naturemarkets.net/publications/the-future-of-biodiversity-credit-markets>

Taskforce on Nature Markets. (2023). Embedding Equity in Nascent Nature Credit Markets: Key Considerations. Disponível em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/embedding-equity-in-nascent-nature-credit-markets-key-considerations>

NatureFinance and Carbone4. (2023). Harnessing Biodiversity Credits for People and Planet: A Roadmap, NatureFinance. Disponível em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/harnessing-biodiversity-credits-for-people-and-planet>

⁵³ Simon Zadek. (2023). Carbon Offset Markets Scandal: Need to Strengthen Integrity. Project Syndicate. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/carbon-offset-markets-scandal-need-to-strengthen-integrity-by-simon-zadek-2023-03>

⁵⁴ Global Environment Facility. (2023). Innovative Finance for Nature and People: Opportunities and Challenges for Biodiversity-Positive Carbon Credits and Nature Certificates. Disponível em:

<https://www.thegef.org/newsroom/publications/innovative-finance-nature-and-people>

⁵⁵ NatureFinance and Carbone4. (2023). Harnessing Biodiversity Credits for People and Planet: A Roadmap, NatureFinance. Disponível em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/harnessing-biodiversity-credits-for-people-and-planet>

⁵⁶ World Bank. (2019.) Illegal Logging, Fishing, and Wildlife Trade: The Costs and How to Combat it. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32806>

⁵⁷ FATF. (2021). FATF High-Level Conference on Environmental Crime. Disponível em:

<https://www.fatf-gafi.org/content/fatf-gafi/en/publications/Fatfgeneral/Environmental-crime-conference-dec-2021.html>.

⁵⁸ World Bank. (2019.) Illegal Logging, Fishing, and Wildlife Trade: The Costs and How to Combat it. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32806>

⁵⁹ Taskforce on Nature Markets and TRAFFIC. (2023). Learnings from working towards a legal and sustainable trade in wild species and implications for nature market governance. Disponível em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/legal-and-sustainable-wild-species-trade>

⁶⁰ NatureFinance. (2022). Breaking the Environmental Crimes Finance Connection. Disponível em:

<https://www.naturefinance.net/resources-tools/breaking-the-environmental-crimes-finance-connection/>

⁶¹ Taskforce on Nature Markets and TRAFFIC. (2023). Learnings from working towards a legal and sustainable trade in wild species and implications for nature market governance. Disponível em:

<https://www.naturemarkets.net/publications/legal-and-sustainable-wild-species-trade>

⁶² FATF. (2021). Money Laundering from Environmental Crime. Disponível em:

<https://www.fatf-gafi.org/en/publications/Environmentalcrime/Money-laundering-from-environmental-crime.html>

⁶³ Kimberley Process: kimberleyprocess.com

⁶⁴ The Global Observatory. (2022). The Benefits, Challenges, and Limitations of Criminalizing Ecocide. Disponível em: theglobalobservatory.org

⁶⁵ Taskforce on Nature Markets and Igarapé Institute. (2022). Soft Commodities Scoping Paper. Disponível em: <https://www.naturemarkets.net/publications/soft-commodities-scoping-paper>

⁶⁶ Financial Times. (2023). Murky World of Global Food Trading is Too Important to Ignore. Disponível em: <https://www.ft.com/content/481f3646-6b0f-4512-a0f8-f4746fc4c7ab>

⁶⁷ Reuters. (2023). World Food Prices Hit Record High 2022 Despite December Fall. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/world-food-prices-hit-record-high-2022-despite-december-fall-2023-01-06/>

⁶⁸ Public Eye. (2023). War and Crises: Commodity Traders Making Record Profits. Disponível em: <https://www.publiceye.ch/en/topics/soft-commodity-trading/war-and-crises-and-commodity-traders-are-making-record-profits>

⁶⁹ Taskforce on Nature Markets. (2022). Soft Commodities Scoping Paper. Disponível em: <https://www.naturemarkets.net/publications/soft-commodities-scoping-paper>

⁷⁰ Nature Finance. (2022). Aligning Global Finance with Nature's Needs: A Framework for Systemic Change. Disponível em: naturefinance.net

⁷¹ Finance for Biodiversity. Signatories. Disponível em: <https://www.financeforbiodiversity.org/signatories/>;

UNEP Finance Initiative. Ecosystems. Disponível em: <https://www.unepfi.org/themes/ecosystems/cop15statement/>;

Task Force on Nature-related Financial Disclosures (TNFD). About the TNFD Forum. Disponível em: <https://tnfd.global/about/the-tnfd-forum/>;

Environmental Finance. (2022) Biodiversity Fund Assets Triple in 2022 to Nearly USD1bn. Disponível em: [https://www.environmental-finance.com/content/analysis/biodiversity-fund-assets-triple-in-2022-to-nearly-\\$1bn.html](https://www.environmental-finance.com/content/analysis/biodiversity-fund-assets-triple-in-2022-to-nearly-$1bn.html)

⁷² Inspire Green Finance. Central Banking and Supervision in the Biosphere. Disponível em: <https://www.inspiregreenfinance.org/publications/central-banking-and-supervision-in-the-biosphere/>

⁷³ NatureFinance, Sustainability-linked Sovereign Debt Hub: <https://www.ssdh.net/>

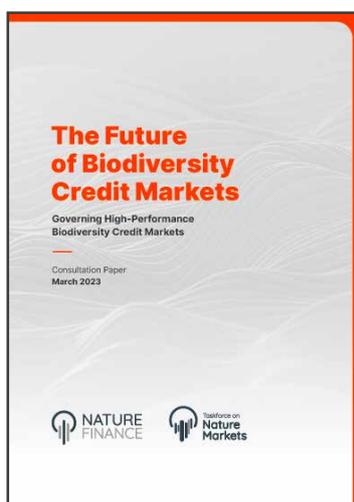
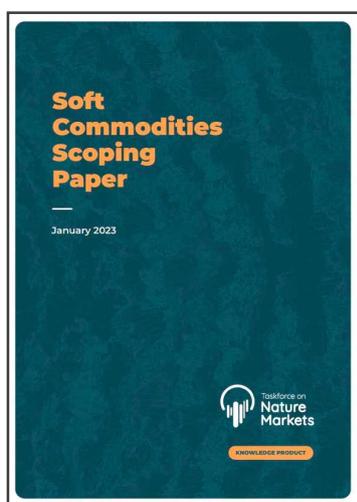
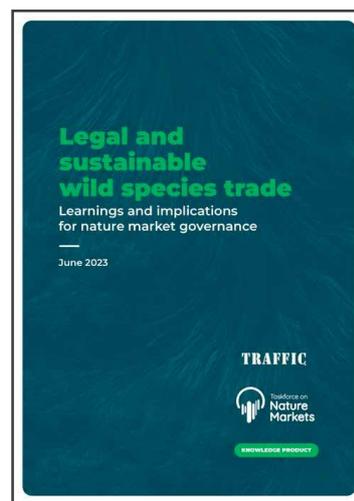
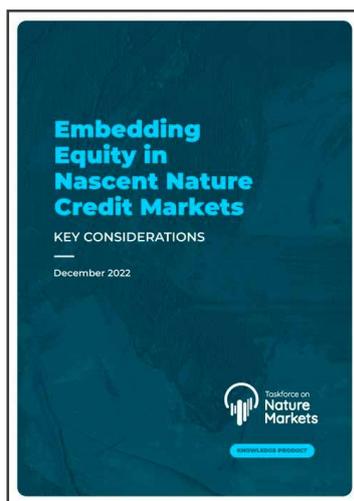
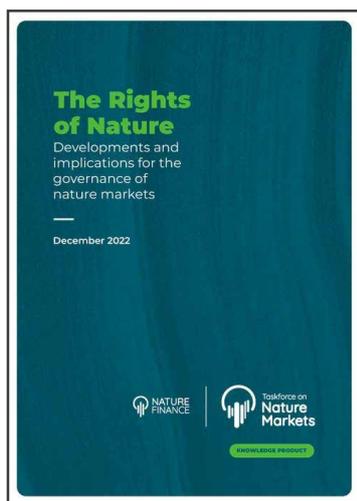
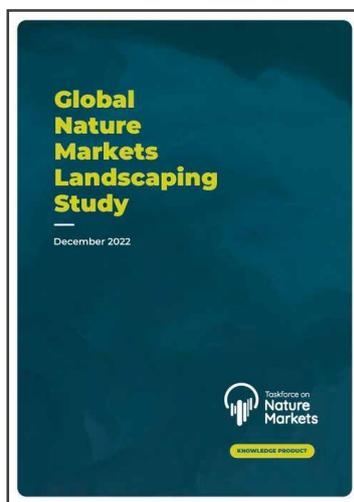
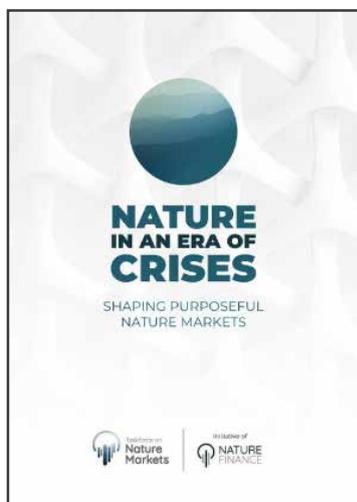
⁷⁴ Council on Economic Policies (CEP). (2021) Governing Finance for Sustainable Prosperity. Disponível em: <https://www.cepweb.org/governing-finance-for-sustainable-prosperity/>

⁷⁵ NatureFinance. (2022). Governing Carbon Markets. Disponível em: <https://www.naturefinance.net/resources-tools/governing-carbon-markets/>

⁷⁶ Taskforce on Nature Markets. (2022). Embedding Equity in Nascent Nature Credit Markets: Key Considerations. Disponível em: <https://www.naturemarkets.net/publications/embedding-equity-in-nascent-nature-credit-markets-key-considerations>

⁷⁷ Taskforce on Nature Markets. (2022). The Rights of Nature: Developments and Implications for the Governance of Nature Markets. Disponível em: naturemarkets.net/publications/the-rights-of-nature-developments-and-implications-for-the-governance-of-nature-markets

Publicações da Força-Tarefa



Para a lista completa de publicações, visite www.naturemarkets.net

COLOCANDO OS MERCADOS DE NATUREZA PARA FUNCIONAR

Como moldar uma
economia global da natureza
no século 21

